

O SEU JEITO DE INVESTIR ESTÁ NO PAN.

Seja para superar a poupança, ampliar seu patrimônio ou planejar o futuro, temos renda fixa com taxas promocionais.

CDB
com taxa até **122%***
DO CDI a.a.

APLICAÇÃO MÍNIMA DE R\$ 1.000,00



TARIFA ZERO
Sem taxas para manutenção de conta e transferências bancárias



100% ONLINE
Abra sua conta e invista pelo celular de um jeito ágil e descomplicado



COM RENTABILIDADE COMPROVADA
Nossas taxas de rentabilidade estão entre as melhores do mercado



MAIS SEGURO
Nossa renda fixa é assegurada pelo Fundo Garantidor de Crédito**

INVISTA AGORA DO SEU JEITO.

Baixe o App PAN Investimentos e não deixe o seu dinheiro parado.



www.bancopan.com.br

facebook.com/BancoPAN

youtube.com/BancoPANOficial

*Taxa promocional válida até 15/03/2018. **O Fundo Garantidor de Crédito garante a devolução de R\$ 250.000,00 investido por CPF/CNPJ por instituição financeira ou conglomerado financeiro. Para saber mais, acesse: www.fgc.org.br

Banco
PAN

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O 2º SEMESTRE DE 2017 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro/prejuízo líquido por ação)						
Nota	Explicativa	Banco		Consolidado		
		2º semestre 2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA						
	Rendas de operações de crédito	3.469.745	7.718.405	6.320.820	7.780.348	6.555.504
8.g	Resultado de operações de arrendamento mercantil	3.547.247	7.703.911	6.639.841	7.779.351	6.922.869
8.g	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	106.394	290.822	470.917	287.158	463.431
7.h	Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos	(186.660)	(294.869)	(788.693)	(305.649)	(831.905)
9.b	Resultado de operação de câmbio	2.764	18.541	18.541	18.541	(1.245)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA						
	Operações de captação no mercado	(1.580.989)	(3.450.770)	(3.363.320)	(3.524.913)	(3.589.504)
16.d	Operações de empréstimos e repasses	(1.035.273)	(2.393.933)	(2.377.690)	(2.403.592)	(2.487.319)
18.b	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(545.716)	(1.056.769)	(985.630)	(1.119.812)	(1.118.428)
8.c	RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.888.756	4.267.703	2.957.500	4.255.435	2.966.000
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
	Receitas de prestação de serviços	(1.903.421)	(4.140.470)	(3.298.020)	(4.154.444)	(3.349.910)
23	Resultado de equivalência patrimonial	175.880	377.557	456.865	403.236	489.405
13.a	Despesas de pessoal	13.952	(56.223)	(61.377)	(2.993)	33.157
24	Outras despesas administrativas	(263.084)	(458.037)	(392.041)	(463.572)	(508.815)
25	Despesas tributárias	(863.864)	(2.041.176)	(2.121.623)	(2.086.040)	(2.072.511)
26	Outras receitas operacionais	(80.084)	(202.248)	(189.696)	(220.000)	(205.121)
27.a	Outras despesas operacionais	121.91	218.327	168.971	262.646	234.991
27.b	Outras despesas operacionais	(1.054.412)	(1.978.670)	(1.159.119)	(2.047.721)	(1.260.986)
RESULTADO OPERACIONAL						
		(14.665)	127.233	(340.520)	100.991	(380.930)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL						
28		158.230	153.924	(59.606)	152.303	(66.498)
SOBRE O RESULTADO E PARTICIPAÇÕES PROVISÃO PARA IMPOSTO						
		143.565	281.157	(400.126)	253.294	(450.408)
DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
32.a		22.578	(68.551)	(6.888)	(40.688)	213.168
	Provisão para imposto de renda	104	(665)	(562.733)	(1.379)	23.128
	Provisão para contribuição social	(345)	(1.377)	(4.376)	(657)	(7.190)
	Ativo fiscal diferido	22.819	(66.509)	172.937	(38.752)	197.230
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS						
		-	-	-	-	2
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO						
		166.143	212.606	(237.238)	212.606	(237.238)
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO						
22.c		(69.800)	(69.800)	-	(69.800)	-
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$						
		0,18	0,23	(0,26)	0,23	(0,26)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O 2º SEMESTRE DE 2017 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em milhares de reais - R\$)					
	2º semestre 2017	Banco		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS					
	1.886.200	4.623.703	4.275.511	4.809.714	4.307.637
INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
	3.469.745	7.718.405	6.320.820	7.780.348	6.555.504
	175.880	377.557	456.865	403.236	489.405
	(545.716)	(1.056.769)	(985.630)	(1.119.812)	(1.118.428)
	(1.113.709)	(2.215.490)	(1.516.544)	(2.254.058)	(1.618.844)
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
	(1.035.273)	(2.393.933)	(2.377.690)	(2.405.101)	(2.471.076)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
	(547.970)	(1.405.356)	(1.565.012)	(1.430.962)	(1.459.783)
	(1.399)	(3.193)	(2.382)	(3.201)	(3.581)
	(186.072)	(290.230)	(253.220)	(310.408)	(282.514)
	(360.499)	(1.111.933)	(1.309.410)	(1.117.353)	(1.173.382)
VALOR ADICIONADO BRUTO					
	402.958	1.024.414	332.810	973.651	376.778
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES					
	(27.257)	(50.919)	(47.535)	(57.432)	(64.627)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE					
	375.699	973.495	285.275	916.219	312.151
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
	13.952	(56.223)	(61.377)	(2.993)	33.157
	13.952	(56.223)	(61.377)	(2.993)	33.157
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR					
	389.651	917.272	223.898	913.226	345.308
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
	184.189	396.992	332.726	401.760	429.733
Remuneração direta					
	141.544	302.138	258.564	305.770	328.656
	31.179	66.246	51.819	67.010	71.222
	9.579	25.325	19.740	25.667	27.084
	1.887	3.283	2.603	3.313	51.328
Impostos, taxas e contribuições					
	86.136	332.608	86.212	323.373	101.487
	77.917	314.967	64.913	299.415	60.375
	3	10	3	10	7
	8.216	17.631	21.296	23.948	41.105
Remuneração de capitais de terceiros					
	22.983	44.866	42.198	45.287	51.328
	22.983	44.866	42.198	45.287	51.328
Remuneração de capitais próprios					
	96.343	142.806	(237.238)	142.806	(237.240)
	166.143	212.606	(237.238)	212.606	(237.238)
	(69.800)	(69.800)	-	(69.800)	-
	-	-	-	-	(2)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR PARA O 2º SEMESTRE DE 2017 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em milhares de reais - R\$)						
	Capital Social	Reserva de Capital	Legal	Reservas de Lucros		Lucros/(Prejuízos) Acumulados
				Para Integridade do Patrimônio Líquido	Ajuste de Avaliação Patrimonial	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3.460.732	195.208	635	7.084	(19.862)	3.643.797
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	5.603	5.603
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(237.238)
Adsorção de prejuízo (nota 22.b)	-	(195.208)	(635)	(7.084)	-	202.927
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.460.732	-	-	-	(14.259)	(34.311)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.460.732	-	-	-	(14.259)	(34.311)
Aumento de capital (nota 22.a)	400.000	-	-	-	-	400.000
Capital a integralizar (nota 22.a)	(400.000)	-	-	-	-	(400.000)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	856	856
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	212.606
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 22.b)	-	-	-	8.915	-	(8.915)
Transferência de lucros acumulados	-	-	-	-	-	-
Para reserva de lucros (nota 22.b)	-	-	-	-	99.580	(99.580)
Juros sobre o capital próprio provisionados (nota 22.c)	-	-	-	-	-	(69.800)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.460.732	-	-	8.915	(13.403)	3.555.824

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O 2º SEMESTRE DE 2017 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em milhares de reais - R\$)					
	Banco		Consolidado		31/12/2016
	2º semestre 2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	
LUCRO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS: LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO	166.143	212.606	(237.238)	212.606	(237.238)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:					
Depreciações e amortizações	15.293	32.108	35.890	32.379	39.574
Amortização de ações	11.965	18.811	11.645	25.053	25.053
Constituição de provisão para contingências	34.059	47.577	259.926	514.398	323.173
Reversão para desvalorização de bens não de uso próprio	(10.957)	(14.557)	(2.408)	(17.003)	(6.173)
Prejuízo na venda de bens não de uso próprio	8.353	5.960	44.616	8.688	24.863
Perda por impairment	27.780	38.083	18.444	39.422	24.853
Equivalência patrimonial	(13.952)	56.223	61.377	2.993	(33.157)
(Ganho) na venda de investimento	(183.384)	(183.384)	-	(183.384)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	545.716	1.056.769	985.630	1.119.812	1.118.428
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(22.819)	66.509	(172.937)	38.752	(197.230)
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	889.217	1.768.505	1.004.945	1.993.716	1.106.147
Variação de ativos e passivos:					
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de longo prazo	(420.635)	780.814	(289.830)	95.112	(136.182)
Redução(aumento) em títulos e valores mobiliários	808.543	386.805	(154.209)	562.951	(128.265)
Redução em instrumentos financeiros derivativos	67.586	63.381	622.237	46.915	652.024
Redução em relações interfinanceiras	(18.673)	37.742	56.492	37.742	56.492
Redução(aumento) em operações de crédito	218.646	(1.694.532)	(2.959.264)	(654.991)	(2.790.620)
Redução em operações de arrendamento mercantil	-	-	-	894	6.425
Redução(aumento) em outros créditos	664.930	166.426	(187.766)	422.800	(205.879)
(Aumento)/redução em outros valores e bens	(1.14.238)	(184.932)	(34.471)	7.296	(143.535)
(Redução)/aumento em depósitos	(1.579.050)	(414.044)	2.327.353	(678.981)	2.237.423
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	488.335	(428.708)	384.050	(433.137)	386.906
(Redução)/aumento em recursos de aceitação e emissão de títulos	(196.405)	520.724	550.201	(287.775)	304.197
(Redução) em outras obrigações	(71.513)	(96.723)	(211.006)	(288.973)	(332.990)
(Redução) em relações interdependências	(5.703)	(2.276)	(22.203)	(2.276)	(22.203)
(Redução) em provimento de exercícios futuros	(296)	(702)	(771)	(702)	(771)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	45.038	892.280	1.085.758	619.871	989.169
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Alienação de bens não de uso próprio	64.845	128.344	77.284	128.915	103.568
Alienação de investimentos	22.900	229.000	-	229.000	-
Redução de investimentos	-	-	17.289	-	-
Aumento de investimentos	(100.000)	(250.000)	(92.360)	-	(12.359)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.305)	(1.938)	(21.875)	(1.938)	(6.660)
Aumento de intangível	(13.051)	(37.935)	(17.461)	(1.931)	(17.853)
Dividendos e juros sobre o capital próprio provisionados/recebidos	5.601	5.601	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	185.900	73.072	(37.122)	337.596	66.696
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
(Redução) de letras financeiras	(48.700)	(447.399)	(528.010)	(447.399)	(528.010)
(Redução) de dívidas subordinadas	(51.461)	(122.350)	(285.279)	(122.350)	(285.279)
(Redução) de letras de crédito do agronegócio	(61.604)	(170.979)	(624.622)	(170.979)	(624.622)
Juros sobre o capital próprio provisionados	(69.800)	(69.800)	-	(69.800)	-
Variação nas participações minoritárias	-	-	-	-	(19)
CAIXA LÍQUIDO (USADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(231.565)	(810.528)	(1.437.911)	(810.528)	(1.437.910)
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.437)	154.824	(389.275)	146.399	(382.065)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (NOTA 5)	163.685	7.424	396.699	19.921	401.586
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO (NOTA 5)	162.248	162.248	7.424	166.460	19.521
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA					
Juros pagos	(1.368.249)	(3.088.457)	(2.953.514)	(3.097.099)	(3.063.797)
Juros recebidos	3.477.553	7.756.809	6.57		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

Níveis de risco Operações em curso normal

AA	Operações em curso normal						Total em			
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Parcelas vincendas	13.505.036	506.090	283.648	235.701	71.679	67.735	16.937	30.821	14.717.647	15.039.519
01 a 30	1.856.951	26.378	30.208	82.291	9.404	29.083	411	3.675	2.038.401	1.911.502
31 a 60	536.883	22.398	11.243	14.112	43.821	10.638	238	1.270	640.603	610.479
61 a 90	471.652	31.426	7.398	2.634	436	881	157	945	515.529	543.898
91 a 180	1.247.838	86.127	50.394	70.374	3.063	14.528	483	1.884	1.474.691	1.578.459
181 a 365	2.020.646	132.317	84.825	31.024	6.823	1.862	691	1.921	2.280.109	2.491.413
Acima de 365	17.317.066	207.444	99.580	35.266	8.132	10.743	14.957	21.126	7.768.314	7.903.768
Subtotal	13.505.036	506.090	283.648	235.701	71.679	67.735	16.937	30.821	14.717.647	15.039.519
Provisão requerida	67.525	5.061	8.509	23.570	21.503	33.868	11.855	30.821	202.712	172.701
Total (1)	14.589.168	984.484	727.146	535.718	372.232	330.515	138.567	689.280	18.367.110	18.917.646
Total provisões	72.946	9.845	21.814	53.573	111.669	165.258	96.996	689.280	1.221.381	1.223.923

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8a).
 c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (1):

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do período	1.071.651	954.613	1.248.715	1.070.436
- Saldo oriundo de incorporação (2)	209.422	-	-	-
- Constituição/reversão de provisão	1.056.769	985.630	1.119.812	1.118.428
- Baixas contra a provisão	(1.071.804)	(868.592)	(1.102.443)	(940.149)
Saldo do fim do período	1.266.038	1.071.651	1.266.084	1.248.715
- Créditos recuperados (1)(3)	229.963	200.789	271.959	228.680
- Efeito no resultado (4)	(797.070)	(784.841)	(848.117)	(889.748)

(1) Inclui: (i) outros créditos com características de operações de crédito; (ii) operações de câmbio; (iii) outros créditos sem características de crédito (Nota 11); e (iv) créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios (Nota 21b);
 (2) Em 28/06/2017 foi incorporada a empresa Brazilian Mortgages pelo Banco PAN;
 (3) No exercício findo em 31/12/2017, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 271.959 (sendo R\$ 259.963 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 510 de recuperação de operação de arrendamento mercantil, R\$ 6.755 de recuperação de crédito na Brazilian Finance e R\$ 4.731 de recuperação de créditos imobiliários na Brazilian Mortgages); e
 (4) Despesa de provisão constituída, deduzido a receita de créditos recuperados.
 d) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pessoa física	15.924.109	86,71	14.568.685	82,87
Agroindústria	240.085	1,31	498.061	2,83
Açúcar e etanol	118.589	0,65	182.903	1,04
Agropecuária e proteína animal	121.496	0,66	315.158	1,79
Comércio	385.709	2,11	586.445	3,34
Atacado e varejo	385.709	2,11	586.445	3,34
Indústrias de base	191.814	1,03	283.179	1,61
Autopeças	12.072	0,06	16.382	0,09
Indústria química	9.380	0,05	23.103	0,13
Outras indústrias	84.821	0,46	147.288	0,84
Papel e celulose	64.942	0,35	68.522	0,39
Têxtil	20.599	0,11	27.884	0,16
Serviços	1.625.171	8,84	1.625.933	8,84
Construção e incorporação	906.967	4,94	803.474	4,57
Financeiros	141.823	0,77	137.020	0,78
Locação de veículos	18.591	0,11	22.003	0,13
Mídia, TI e telecom	4.792	0,03	2.327	0,01
Outros serviços	411.091	2,22	480.411	2,73
Saúde, segurança e educação	5.750	0,03	35.435	0,21
Transporte e logística	98.995	0,54	139.360	0,74
Utilitários	37.162	0,21	23.675	0,13
Total (1)	18.366.888	100,00	17.580.044	100,00

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8a).
 e) Constituição das operações de crédito:

Maiores Devedores	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
10 maiores devedores	400.087	2,18	405.878	2,31
50 seguintes maiores devedores	874.191	4,76	909.449	5,17
100 seguintes maiores devedores	682.770	3,72	889.732	5,06
Demais devedores	16.409.840	89,34	15.375.185	87,46
Total	18.366.888	100,00	17.580.044	100,00

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:
 I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:
 Nos exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	Banco					
	31/12/2017		31/12/2016		Resultado	
	Valor da cessão	Valor presente (1)	Valor da cessão	Valor presente (1)	Resultado (1)	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	922.651	592.687	329.964	4.941.223	4.492.214	324.009
Empréstimo em consignação	9.848.957	7.145.059	2.703.898	6.941.601	5.177.993	1.763.608
Financiamentos habitacionais	-	-	-	6.149	6.097	52
Empréstimo com garantia imobiliária	-	-	-	230.030	214.049	15.981
Total	10.771.608	7.737.746	3.033.862	11.994.003	9.890.353	2.103.650

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".
 II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:
 Cessão após a Resolução CMN nº 3.533/08
 As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam R\$ 159.643, no Banco PAN e Consolidado (R\$ 350.438 em 31/12/2016), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 204.360 (R\$ 414.116 em 31/12/2016) (Nota 21b).
 g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Banco					
	31/12/2017		31/12/2016		Resultado	
	Valor da cessão	Valor presente (1)	Valor da cessão	Valor presente (1)	Resultado (1)	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	922.651	592.687	329.964	4.941.223	4.492.214	324.009
Empréstimo em consignação	9.848.957	7.145.059	2.703.898	6.941.601	5.177.993	1.763.608
Financiamentos habitacionais	-	-	-	6.149	5.916	233
Empréstimo com garantia imobiliária	-	-	-	230.030	184.761	45.269
Total	10.771.608	7.737.746	3.033.862	11.994.003	9.860.884	2.133.119

(1) Marcação a mercado de hedge contábil sobre os créditos de varejo: Consignação, Veículos e Crédito Pessoal;
 (2) No Consolidado, considera operações de crédito e arrendamento mercantil; e
 (3) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro nas cessões de crédito (Nota 8f)	3.033.862	2.103.650	3.033.862	2.133.119
Crédito direto ao consumidor	1.452.798	1.303.622	1.452.798	1.303.622
Empréstimos em consignação	1.839.792	1.610.922	1.839.792	1.610.922
Cartão de crédito	691.541	593.124	691.541	593.124
Ajuste a valor de mercado - carteira varejo (1)	(26.502)	165.273	(26.502)	165.273
Financiamento à exportação	112.640	259.076	112.640	259.076
Capital de giro/conta garantida	269.803	346.772	269.803	346.772
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (2)	259.963	200.789	259.963	228.680
Renegociação	17.166	41.267	17.166	41.267
Renegociação pessoal	2.166	13.842	2.166	13.842
Habitacionais	14.048	364	33.170	81.078
Rendas de empreendimentos imobiliários	1.377	-	4.459	13.809
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	34.301	-	76.051	132.978
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (3)	-	-	437	521
Outras	506	1.140	506	1.140
Total	7.703.911	6.639.841	7.780.298	6.925.223

(1) Marcação a mercado de hedge contábil sobre os créditos de varejo: Consignação, Veículos e Crédito Pessoal;
 (2) No Consolidado, considera operações de crédito e arrendamento mercantil; e
 (3) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

	Vencimento final		Indexador	Juros % ao ano	31/12/2017		31/12/2016	
	Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027			TR	4,010	4,997	
Cédula de Crédito Imobiliário	22/01/2044		INCC/IGPM /POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 até 20,05	9.997	22.402	14.007	27.399

(1) As referidas tranches foram securitizadas.
Qualidade do Crédito:
 Os contratos possuem cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto.
 Os mesmos são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos quando apresentam características como: garantias, históricos de pagamento ou outros fatores que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

11) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Créditos tributários (Nota 32b)	2.900.329	2.875.973	3.151.336	3.292.108
Valores a receber por cessão de créditos	916.550	1.128.806	916.550	1.128.806
Títulos e créditos a receber (1)	916.819	838.371	916.819	897.465
Depósitos judiciais e fiscais	246.994	236.543	280.307	266.922
Impostos e contribuições a pagar	198.490	201.784	250.160	255.616
Valores a receber de empréstimos consignados (2)	106.841	100.109	106.841	100.109
Valores a receber de sociedades ligadas	42.304	45.307	39.691	36.730
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	11.558	10.724	12.249	11.427
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	11.215	2.927
Adiantamentos e antecipações salariais	129.641	1.531	1.352	1.543
Outros	1.091	118.386	114.277	126.643
Total	5.450.821	5.557.534	5.800.797	6.120.343

(1) Inclui: (i) valores a receber relativos a transações de pagamento com cartão de pagamento no montante de R\$ 676.792 (R\$ 655.540 em 31/12/2016). A contabilização desse ativo foi alterada pela Carta Circular nº 3.828/17 do BACEN; e (ii) títulos de créditos a receber com característica de concessão de crédito no montante de R\$ 240.027 (R\$ 182.831 no Banco e R\$ 241.923 no Consolidado em 31/12/2016);
 (2) Refere-se basicamente a: (i) valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2017 é de R\$ 43.084 (R\$ 21.583 em 31/12/2016); e (ii) provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 1.618 (R\$ 2.945 em 31/12/2016) (Nota 8c); e
 (3) Refere-se a operações oriundas da Brazilian Securities Companhia de Securitização.

12) OUTROS VALORES E BENS

	Valor residual					
	Banco		Consolidado			
	Custo para perdas	31/12/2017	31/12/2016	Custo para perdas	31/12/2017	31/12/2016
Veículos	18.331	(93)	18.238	18.363	(973)	17.390
Veículos em regime especial	19.535	(15.261)	4.274	5.276	(15.261)	5.272
Imóveis (1)	346.333	(47.253)	299.080	85.202	356.266	(47.720)
Imóveis em regime especial (1)	15.362	(4.290)	11.072	15.362	(4.290)	11.072
Total dos bens não de uso próprio	399.561	(66.897)	332.664	108.847	410.524	(68.244)
Outros bens	313	-	313	640	-	313
Total de outros valores e bens	399.874	(66.897)	332.977	109.487	410.837	(68.244)

(1) O montante significativo desta rubrica deve-se a incorporação da empresa Brazilian Mortgages no dia 28/06/2017, no montante de R\$ 197.862 milhões de provisão para perda.
 b) Despesas antecipadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Comissões pagas a correspondentes bancários	144.902	337.465	148.072	341.582
Gastos na emissão de títulos no Exterior	3.415	4.933	3.415	4.933
Outras	9.683	8.034	10.827	9.786
Total	158.000	350.432	162.314	356.301

13) INVESTIMENTOS

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)			Participação no capital social	Resultado ajustado	Saldos dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			ON	PN	Cotas			31/12/2017	31/12/2016	31/12/20	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

19) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da operação	Moeda	Remuneração	Banco e Consolidado	
					31/12/2017	31/12/2016
No Exterior (1):						
2020	10	US\$ 456.792	US\$	Taxa de 8,50% ao ano	1.585.191	1.576.844
No País:						
2018 (2)	06	R\$ 10.000	R\$	100% da taxa CDI + 1,35% ao ano	19.152	17.190
2019 (3)	06	R\$ 100.000	R\$	100% da taxa IPCA + 5,60% ao ano	169.895	156.631
2019 (4)	05	R\$ 500	R\$	111% CDI	757	681
Total					1.774.995	1.751.346

- (1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 14.343 no exercício findo em 31/12/2017 (receita de R\$ 68.879 no exercício findo em 31/12/2016). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Nota 71);
 (2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018;
 (3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019; e
 (4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019.

20) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretenso enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras - em razão da interpretação do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço. Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referência decisão, devidamente liquidados.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores. Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

I - Provisões segregadas por natureza:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Processos cíveis	281.191	206.726	294.968	222.741
Processos trabalhistas	358.731	174.230	381.513	188.330
Processos tributários	931	323	23.178	11.538
Total (Nota 21b)	640.853	381.279	699.659	422.609
Total - Movimentação das provisões:				
Banco				
Cíveis	206.726	174.230	323	381.279
Saldo oriundo de incorporação (1)	4.167	510	206	4.883
Baixas	(119.254)	(105.179)	(253)	(224.686)
Constituições líquidas de reversões	189.592	289.170	655	479.377
Saldo em 31/12/2017	281.191	358.731	931	640.853
(1) Em 28/06/2017 foi incorporada a empresa Brazilian Mortgages pelo Banco PAN.				
Consolidado				
Cíveis	222.741	188.330	11.538	422.609
Baixas	(125.223)	(111.841)	(284)	(237.348)
Constituições líquidas de reversões	197.450	305.024	11.924	514.398
Saldo em 31/12/2017	294.968	381.513	23.178	699.659

(1) Em 28/06/2017 foi incorporada a empresa Brazilian Mortgages pelo Banco PAN.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III - Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante ascendeu da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.167. O processo aguarda julgamento de Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.477. Os processos aguardam resultado da diligência determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, devendo, em seguida, ocorrer o julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 43.656. A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A Municipalidade abriu execução fiscal e a empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo, na qual houve julgamento parcialmente favorável em primeira instância. Atualmente, o processo aguarda apreciação de embargos de declaração.

No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de infração ao Banco PAN S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 6.077, e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de *swap* da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante principal, não atualizado e multa totalizou R\$ 3.320. Ambos os casos se encontram no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo que o primeiro aguarda publicação de acórdão de julgamento que reconheceu parcialmente a procedência de Recurso Voluntário, para que o Banco PAN S.A. possa apresentar Recurso de Revista à Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e o segundo aguarda julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2016, o Banco PAN S.A. recebeu um auto de infração referente suposta ausência do recolhimento da contribuição previdenciária dos valores auferidos a título de participação nos lucros ou resultados dos empregados do Banco PAN no período de janeiro a outubro de 2012, no valor de R\$ 3.099. O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil. No 4º trimestre de 2017, foram lavrados três autos de infração ao Banco PAN S.A. pela Receita Federal do Brasil, por meio dos quais foram constituídos créditos tributários (i) de natureza previdenciária, essencialmente sobre participação nos lucros ou resultados dos empregados distribuídos no ano-calandário de 2013; (ii) de IRRF sobre suposto ganho de capital na aquisição de participação societária no exterior em 2013; e (iii) de imposto de renda e contribuição social relativos ao ano base de 2012. O montante total destes casos, acrescidos de multa e juros de mora é de R\$ 111.446. Após apresentação da impugnação administrativa, os processos aguardam julgamento na Delegacia de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
COFINS a recolher	10.550	18.112	11.674	18.938
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	5.977	6.593	6.061	6.739
Impostos e contribuições sobre salários	13.335	14.993	13.483	15.589
PIS a recolher	1.714	2.943	1.910	3.085
ISS a recolher	1.287	2.076	1.330	2.141
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	3.405	1.382	3.405	1.382
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	2.042	5.481	9.256	21.081
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 32e)	-	-	84.682	87.302
Total	38.310	51.580	131.801	156.257

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cessão com retenção de riscos (1)	204.360	414.116	204.360	414.116
Provisão para passivos contingentes (Nota 20)	640.853	381.279	699.659	422.609
Provisão para pagamentos a efetuar	538.115	489.878	538.896	492.834
Arrecadação de cobrança	121.936	77.260	122.177	77.501
Valores a pagar a sociedades ligadas	16.544	21.446	15.250	20.190
Operações com cartão de crédito (2)	18.980	27.069	18.980	27.069
Valores específicos de consórcio	-	-	7.831	4.080
Provisão para cartas de fiança (Nota 8c)	-	264	-	264
Outros	33.894	25.781	34.289	28.058
Total	1.574.682	1.437.093	1.641.432	1.486.721

- (1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial dos riscos e benefícios anteriores a resolução do CM nº 3.533/08 e fianças (Nota 8f); e
 (2) Após a entrada em vigor da Carta Circular nº 3.828/17 do BACEN, que altera a contabilização das operações com cartão de crédito (arranjos de pagamentos), parte do saldo aqui apresentado anteriormente foram reclassificados para a nota explicativa de Relações Interfinanceiras (Nota 17), para efeito de comparabilidade, o saldo de 31/12/2016 também foi reclassificado.

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.460.732 em 31/12/2017 e 31/12/2016. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Ordinárias	535.029.747	535.029.747
Preferenciais	394.010.416	394.010.416
Total	929.040.163	929.040.163

Em 06/11/2017, o Conselho de Administração do PAN aprovou aumento do Capital Social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões, um real e quatro centavos), mediante a emissão de novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes. O Aumento de Capital tem como objetivo: (i) amparar o desenvolvimento das atividades da Companhia; e (ii) reforçar a estrutura de capital da Companhia, fortalecendo o compromisso dos acionistas controladores, BTG Pactual e CaixaPar, em dar suporte à Companhia para execução de seu plano de negócios. Demais informações estão descritas na nota explicativa 33i.

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal - Nos termos do estatuto social do PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido - Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações sobre o lucro apurado anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

c) Juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A seguir demonstra-se o cálculo da provisão de juros sobre o capital próprio no exercício findo de 31/12/2017.

	31/12/2017	% (1)
Lucro líquido	212.606	
Prejuízo acumulado de exercício anterior	(34.311)	
Resultado antes da reserva legal	178.295	
(-) Reserva Legal	(8.915)	
Base de cálculo	169.380	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	69.800	41,2%
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(10.470)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	59.330	35,0%

23) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Operações de crédito	175.179	266.783	175.236	266.885
Rendas de cartão	122.070	120.831	122.070	120.831
Rendas de intermediação de negócios	69.857	59.254	69.857	61.002
Rendas de serviços de cobrança	114	805	114	805
Administração de consórcios	-	-	24.188	24.764
Outras	10.337	9.192	11.771	15.118
Total	377.557	456.865	403.236	489.405

24) DESPESAS DE PESSOA

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Proventos	282.650	242.454	284.510	303.764
Encargos Sociais	86.370	79.055	87.479	106.166
Benefícios	66.246	51.819	67.010	71.222
Honorários (Nota 29b)	19.488	16.110	21.260	24.892
Outros	3.283	2.603	3.313	2.771
Total	458.037	392.041	463.572	508.815

25) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Comissões de pagas a correspondentes bancários	1.111.933	1.309.410	1.117.353	1.173.382
Serviços de terceiros	290.230	253.220	310.408	282.561
Serviços do sistema financeiro	158.311	145.107	161.707	153.169
Processamento de dados	171.698	137.816	172.512	140.334
Aluguéis	44.866	42.198	45.287	51.328
Comunicações	44.125	47.141	44.325	49.576
Depreciação e amortização	32.108	35.890	32.379	39.574
Propaganda, promoção e publicidade	22.425	16.807	23.538	19.777
Despesas com busca e apreensão de bens	39.422	28.767	39.534	28.767
Manutenção e conservação de bens	4.966	3.452	4.976	6.111
Viagens	4.177	4.431	4.197	6.111
Transporte	5.605	4.661	5.633	5.033
Taxas e emolumentos	5.732	3.617	8.749	7.603
Materiais de consumo	746	590	746	703
Outras	104.832	88.516	114.696	109.719
Total	2.041.176	2.121.623	2.086.040	2.072.541

26) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contribuição à COFINS	155.676	141.720	162.257	162.465
Contribuição ao PIS	25.297	23.030	26.495	27.161
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	16.712	21.227	17.316	29.383
Impostos e taxas	4.563	3.719	13.932	16.112
Total	202.248	189.696	220.000	235.121

27) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação de encargos e despesas	133.701	95.993	137.273	100.027
Varição monetária ativa/cambial (1)	59.067	46.705	77.785	54.296
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	5.099	3.975
Reversão de provisões	10.425	3.413	14.823	19.511
Outras	15.134	22.860	27.666	27.192
Total	218.327	168.971	262.646	204.991

(1) Foi reclassificado de outras receitas para despesas de aplicações no exterior, o montante de R\$ 86.455 para a data-base 31/12/2016.

b) Outras despesas operacionais:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Consolidado			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prazo máximo	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades (a)				
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	1.155	10.320	-
Total		1.155	10.320	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)				
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2018	85.704	-	6.132
Caixa Econômica Federal	-	-	-	5.327
Total		85.704	-	9.968
Cessão de crédito (c)				
Caixa Econômica Federal	08/11/2025	916.550	1.128.806	-
Total		916.550	1.128.806	-
Outros créditos				
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	33.886	30.053	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	5.783	6.583	-
Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.	Sem prazo	22	13	-
Banco BTG Pactual S.A. (d)	29/12/2017	-	-	1.269
Stone Pagamentos S.A.	Sem prazo	-	78	-
Total		39.691	36.727	1.269
Depósitos à vista (e)				
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(324)	(340)	-
Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.	Sem prazo	(8)	(154)	-
Total		(62)	(1)	-
Depósitos interfinanceiros (f)				
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2018	(400.058)	(435.077)	(79.069)
Caixa Econômica Federal	31/01/2018	(8.118.981)	(11.231.214)	(1.094.817)
Total		(8.519.040)	(11.666.291)	(1.173.886)
Depósitos a prazo (g)				
Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.	14/12/2020	(23.099)	(29.815)	(3.402)
Banco BTG Pactual S.A.	22/12/2021	(27.171)	-	(532)
Pessoal chave da administração	27/05/2019	(2.751)	-	(119)
Total		(53.021)	(30.023)	(1.053)
Obrigações por operações compromissadas				
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(527.189)	(35.653)
Caixa Econômica Federal	02/01/2018	(900.119)	(1.328)	(477)
Total		(900.119)	(527.189)	(36.981)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (h)				
Banco BTG Pactual S.A.	11/08/2020	(49.336)	(161.299)	(7.235)
Pessoal chave da administração	14/05/2020	(34.924)	(3.990)	(4.525)
Total		(84.260)	(199.144)	(10.625)
Instrumentos financeiros derivativos (i)				
Banco BTG Pactual S.A.	01/06/2020	(50.739)	13.399	(105.768)
Total		(50.739)	13.399	(280.326)
Outras obrigações				
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(15.250)	(19.927)	-
Total		(15.250)	(19.927)	-
Receta de prestação de serviços (j)				
Pan Seguros S.A.	-	-	-	63.417
Total		-	-	63.417
Despesa de Pessoal				
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(292)
Total		-	-	(395)
Outras despesas administrativas				
Pan Seguros S.A.	-	-	(16.287)	(4.178)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(1.702)	(271)
BTG Pactual Corretora	-	-	(115)	(115)
Teccan S.A.	-	-	(1.490)	(1.388)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	(23.217)	(8.778)
Total		-	(42.811)	(14.725)
Resultado obtido na cessão de créditos tributários				
Banco BTG Pactual S.A. (d)	-	-	-	102.500
Total		-	-	102.500
Resultado obtido na cessão de crédito				
Caixa Econômica Federal	-	-	2.859.668	2.104.548
Total		-	2.859.668	2.104.548

(a) Referem-se às contas corrente das empresas Brazilian Securities Companhia de Securitização, BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(c) Referem-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(d) Em 29/08/2017, ao amparo da Medida Provisória (MP) nº 783/17, a Companhia celebrou contrato de cessão onerosa ao BTG Pactual S.A. de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não ativamente no montante de R\$ 410.000. A transação foi realizada pelo valor de R\$ 102.500, os quais foram registrados contabilmente no momento da cessão;

(e) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(f) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(g) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;

(h) Referem-se às operações de Swap; e

(i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

Remuneração dos administradores:
 Nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 28/04/2017 e 24/11/2017 foram aprovadas a remuneração máxima global para os Administradores do Conglomerado PAN para o exercício de 2017, no montante de até R\$ 28.400 (R\$ 60.000 no exercício de 2016).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de honorários (Nota 24)	19.488	16.110	21.260	24.892
Contribuição ao INSS	4.385	3.625	4.784	5.601
Total	23.873	19.735	26.044	30.493

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

Outras informações
 Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de riscos
 O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

Gestão do capital
 O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do Banco PAN.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e (iv) monitoramento e controle de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos para Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA
 O Banco PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial.

	31/12/2017	31/12/2016
Base de Cálculo - Índice de Basileia		
Patrimônio de referência nível I	1.784.926	1.908.118
Capital Prudencial	1.784.926	1.908.118
Patrimônio de referência nível II	631.294	779.430
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.416.220	2.687.548
Patrimônio de referência	2.416.220	2.687.548
- Risco de crédito	15.583.707	18.697.144
- Risco de mercado	195.002	329.776
- Risco operacional	2.359.044	1.285.684
Ativo ponderado pelo risco - RWA	18.137.752	20.312.604
Índice de Basileia	13,32%	13,23%
Nível I	9,84%	9,39%
Nível II	3,48%	3,84%

Risco de crédito
 Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

Risco de mercado
 Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:
Carteira Trading consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à venda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira Banking todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 31/12/2017

Fatores de risco	Carteira Trading e Banking	Exposições sujeitas à variação:		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(901)	(186.606)	(378.531)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(288)	(74.370)	(141.000)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índices de preços	(190)	(19.965)	(38.265)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	(6)	(544)	(3.168)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	(83)	(1.097)	(1.097)
Total em 31/12/2017		(1.450)	(283.069)	(562.067)
Total em 31/12/2016		(2.956)	(611.346)	(1.180.727)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de setembro de 2017, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo do mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL
 A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2017 e 31/12/2016.

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos - Dólar		
Operações de crédito (ACC/CCE)	140.212	286.653
Outros Recebíveis	-	9.782
Total ativos	140.212	296.435
Passivos - Dólar		
Dívida subordinada	1.585.191	1.576.844
Obrigações por empréstimos no Exterior	-	134.101
Total passivos	1.585.191	1.710.945

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de referência		Valor de mercado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Posição comprada - Dólar				
Swap	1.113.478	1.309.090	1.766.600	1.946.661
DDI	65.806	59.898	65.606	59.898
Total	1.179.084	1.368.988	1.832.206	2.006.559
Posição Vendida - Dólar				
Swap	22.343	147.086	22.802	125.744
DDI	151.990	214.951	151.900	214.951
DOL	29.053	21.299	29.053	21.299
Total	203.386	383.336	203.755	361.994

Risco de liquidez
 O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamento constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

Risco operacional
 Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/Relatório de Gerenciamento de Riscos.

Valor de mercado
 O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor contábil	Valor de mercado	Resultado não realizado	Valor contábil	Valor de mercado	Resultado não realizado
Títulos e valores mobiliários	1.715.141	1.730.706	15.565	2.277.366	2.287.958	10.722
- Ajuste de títulos para negociação	50.757	50.757	-	71.749	71.749	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.125.072	1.125.072	-	1.051.516	1.051.516	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	539.312	554.877	15.565	1.153.971	1.164.693	10.722
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	18.505.881	18.866.656	360.775	19.082.919	21.668.429	2.585.510
Depósitos interfinanceiros	8.730.148	8.731.510	(1.362)	11.765.701	11.767.088	(1.387)
Depósitos a prazo	4.899.966	6.464.406	(1.564.440)	2.514.071	3.864.495	(1.350.424)
Recursos de emissão de títulos	2.249.555	2.249.020	535	3.651.708	3.061.879	93.829
Obrigações por empréstimos	-	-	-	134.101	134.101	-
Dívidas subordinadas	1.774.995	1.781.134	(6.139)	1.751.346	1.750.758	588
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			(1.195.066)			1.338.838

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:
 - Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço; e

- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

31) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
 Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no exercício findo em 31/12/2017 representava R\$ 66.246 no Banco PAN e R\$ 67.010 no Consolidado (R\$ 51.819 no Banco PAN e R\$ 11.222 no Consolidado no exercício findo em 31/12/2016).

32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Banco		Consolidado	
	31/12			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

subscrição de ações ordinárias e preferenciais, incluindo, sem limitação, o direito à reserva de sobras e eventuais sobras de sobras, na proporção que detém, ficando o BTG Pactual autorizado desde já a ceder o referido direito às ações afiliadas ("Cessão de Direitos CaixaPar"). O acionista BTG Pactual garantirá a subscrição integral das ações relacionadas à sua própria participação no capital social, à Cessão de Direitos CaixaPar, assim como a todas as sobras, ou, ainda, às sobras de sobras, que se façam necessárias para que o valor total da emissão seja integralmente subscrito e integralizado ("Garantia de Subscrição Integral BTG"). Tal garantia se dará por meio de subscrição direta ou através de cessão de direitos de subscrição a qualquer de suas afiliadas. Não obstante o disposto acima, o BTG Pactual dará prioridade aos demais acionistas na subscrição da totalidade das sobras. Em decorrência da Garantia de Subscrição Integral BTG não haverá leilão de sobras de ações do Aumento de Capital em bolsa, bem como o Aumento de Capital será integralmente homologado pelo Conselho de Administração.

Os acionistas controladores acordaram também que (i) a CaixaPar terá o direito de adquirir do BTG Pactual 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia que vierem a ser subscritas e integralizadas pelo BTG Pactual no âmbito do Aumento de Capital e (ii) o BTG Pactual terá o direito de alienar à CaixaPar 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia que este vier a subscrever e integralizar no âmbito do Aumento de Capital. Após a conclusão do Aumento de Capital, a integralização da Companhia passará a ser de R\$ 3.653.409.620,70 (três bilhões, seiscentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentos e vinte reais e setenta centavos), representado por 1.141.806.121 (um bilhão, cento e quarenta e um

milhões, oitocentos e seis mil e cento e vinte e um) ações, sendo 657.560.635 (seiscentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e sessenta mil e seiscentos e trinta e cinco) ações ordinárias e 484.245.486 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Para a conta de reserva de capital será destinado à quantia de R\$ 207.322.263,26 (duzentos e sete milhões, trezentos e vinte e dois mil, duzentos e sessenta e três reais e vinte e seis centavos).

Homologação do Aumento de Capital
Nova Reunião do Conselho de Administração será oportunamente realizada para homologar o Aumento de Capital, não havendo que se falar em homologação parcial, tendo em vista a Garantia de Subscrição Integral BTG de subscrever até a totalidade das ações do Aumento de Capital. Após a homologação pelo Conselho de Administração da Companhia, o Aumento de Capital será submetido à homologação do Banco Central do Brasil ("BCB"), nas normas de regulamentação aplicável.

As novas ações emitidas serão creditadas e incluídas na posição dos acionistas em até 3 (três) dias úteis após a homologação do Aumento de Capital pelo BACEN. Caso não haja homologação do Aumento de Capital pelo BACEN, o valor até o momento integralizado pelos acionistas da Companhia será devolvido pelo Banco PAN, sem correção monetária, em até 5 (cinco) dias úteis após decisão administrativa final da qual não caiba recurso.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	A DIRETORIA	O COMITÊ DE AUDITORIA	CONTADOR - Gregório Moreira Franco - CRC 1SP219426/O-2
------------------------------------	--------------------	------------------------------	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas Banco Pan S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pan S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção e, portanto, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria em 2017 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do ano anterior.

Porque é um PAA
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Notas explicativas 3f e 8)
O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, e conforme divulgado na nota explicativa 1. O estabelecimento do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") envolve a utilização de estimativas por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados. O processo de avaliação considera as normas e instruções determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BCEN), associados ao julgamento e premissas utilizadas pela Administração para determinação do risco de crédito. Tendo em vista esses aspectos, esta área continua sendo foco em nossa avaliação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Obtivemos o entendimento dos desenhos e os controles relevantes relacionados à apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa que tratam da integridade da base de dados; processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Obtivemos o entendimento dos desenhos e os controles relevantes relacionados à apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa que tratam da integridade da base de dados; processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Ambiente de tecnologia da informação
O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócios no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos sistemas para gestão de acessos e segurança da informação. Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Em função desses aspectos, essa foi uma área de foco em nossa auditoria. Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos o desenho e testamos os controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, inclu-

do os controles compensatórios, quando necessários. Também testamos os controles automatizados ou as informações provenientes de tecnologia, restrições de acessos e segregações de funções relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado ao processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Créditos Tributários (Notas explicativas 3n e 32b)
O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,2 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo de cenário atual e futuro pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas. Continuamos considerando o ensino área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários, bem como deixar de atender aos requisitos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras. Realizamos o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários. Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realizações. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis em relação ao registro, manutenção e valor do crédito tributário.

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas e procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração do Banco Pan S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. O Banco Pan S.A. não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração do Banco Pan S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e das informações e práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil, na elaboração das demons-

trações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de confiança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2018

	PricewaterhouseCoopers	Carlos Augusto da Silva
	Audidores Independentes CRC 2SP000160/O-5	Contador CRC 1SP197007/O-2

O Comitê de Auditoria do Banco Pan S.A. ("Companhia" ou "Instituição") apresenta seu relatório, de forma resumida, para atender ao disposto na Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, artigo 17, parágrafo 2º para publicação com as respectivas demonstrações contábeis do 2º semestre de 2017, de forma a externar sua opinião e evidenciar informações que considera relevantes para o conhecimento e avaliação dos seus usuários.

O Comitê no cumprimento de seu plano de Trabalho 2017 submetido ao Conselho de Administração, sempre com o propósito de cumprir suas atribuições legais, em especial: avaliar a efetividade das auditorias, interna e independente, e dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos; verificar o cumprimento, pela administração, das recomendações de aprimoramento emanadas pelas auditorias e determinações de órgãos externos de fiscalização; e, reafirmar, os critérios utilizados para a realização das demonstrações contábeis e de suas Notas Explicativas. Para tanto, o Comitê considerou como base de suas análises informações colhidas nas reuniões públicas com áreas estratégicas da Companhia e nos relatórios produzidos sobre a situação dos controles, da contabilidade e do gerenciamento de riscos, nos resumos, relatórios e apresentações disponibilizadas pelas auditorias interna e independente, assim como no desempenho observado no Plano de

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2017

Negócios. O Comitê também realizou questionamento à administração decorrentes do comportamento da economia e de eventos externos, mas relacionados às operações praticadas, e aos possíveis impactos nos negócios da Instituição. Destaca-se que o Comitê foi informado de não ocorreram mudanças de critérios ou fatos relevantes que pudessem impactar o Balanço Patrimonial ou os resultados da Instituição, neste período, além daquelas mencionadas nas Notas Explicativas, onde se destacam: (i) a implementação do novo plano estratégico; (ii) a alienação da participação na Stone Pagamentos S.A.; (iii) a antecipação de valores referentes ao Prêmio de Performance; (iv) o ajuste nos modelos de provisão para contingências civis e trabalhistas; (v) a alienação de crédito tributário; e, (vi) aporte de capital em aprovação no BCB.

Além sobre o Plano Negócios, aprovado pelo Conselho de Administração, os montantes de créditos tributários foram avaliados pela Auditoria independente que manteve parágrafo de ênfase no seu relatório. Feitos tais registros e limitando suas responsabilidades à confiabilidade das informações recebidas dos componentes da Instituição, o Comitê de Auditoria considera que:

a) A Instituição continua a promover o aprimoramento dos controles internos e de gerenciamento de risco, em especial nos aspectos relacionados a formalização e governança. A administração implantou

com sucesso novos sistemas tecnológicos, e vem implementando outros que permitem a correção dos apontamentos críticos indicados pela autoridade supervisora e auditorias. Também evoluiu na estrutura normativa relacionada à mitigação de riscos.
b) Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das auditorias, interna e independente, sendo tais compatíveis com o porte e características da Companhia; e,
c) As demonstrações contábeis, individual e consolidada, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do relatório da administração e do parecer da auditoria independente, foram elaborados conforme a nova regulamentação vigente, refletindo em seus aspectos mais relevantes a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo (SP), 07 de fevereiro de 2018

Marcos Antonio Macedo Cintra - Presidente
Marcelo Yaguez - Membro
Marcelo Terrazas - Membro

PAN ARENDAMENTO S.A.
CNPJ Nº 02.682.287/0001-02
AVENIDA PAULISTA, 1374
13º ANDAR - SÃO PAULO - SP
WWW.GRUPO PAN.COM

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4T17

SENHORES ACIONISTAS
De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

CENÁRIO ATUAL
A Pan Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia") é uma empresa controlada pelo Banco Pan, que detém 100,00% de seu capital total. A empresa atua no segmento de financiamento de veículos novos e usados, através de operações de leasing financeiro.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016		(Em milhares de reais - R\$)	
ATIVO	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016

CIRCULANTE		270.202	31.832
Disponibilidades		55	16
Aplicações interfinanceiras de liquidez		240.525	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		5	-
Operações de arrendamento mercantil	5	(30)	(528)
Arrendamentos a receber - setor privado	7	148	997
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	7	(133)	(898)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7c	(45)	(627)
Outros créditos		28.757	31.102
Diversos	8	28.757	31.102
Outros valores e bens		895	1.242
Outros valores e bens	9a	1.030	1.527
(Provisão para desvalorização)	9a	(880)	(1.022)
Despesas antecipadas	9b	745	737
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		195.000	239.080
Títulos e valores mobiliários		-	51.151
Vinculados ao Banco Central	6	-	51.151
Operações de arrendamento mercantil		-	127
Arrendamentos a receber - setor privado	7	-	(11)
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	7	-	(111)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7c	-	(31)
Outros créditos		192.577	184.581
Diversos	8	192.577	184.581
Outros valores e bens		2.423	3.375
Despesas antecipadas	9b	2.423	3.375
PERMANENTE		1.474	9.016
Imobilizado de arrendamento		10	1.474
Bens arrendados	9	1.474	9.016
Superveniência de depreciação	10	1.474	8.662
Depreciação acumulada	10	(1.930)	(11.325)
TOTAL DO ATIVO		466.676	279.928

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DESEMPENHO FINANCEIRO		Nota explicativa		31/12/2017		31/12/2016	
No trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2017, o resultado com operações de arrendamento mercantil foi de R\$ 5.488 mil, comparada à de R\$ 5.936 mil do 3T17.							
O Resultado Bruto de Intermediação Financeira da Companhia foi de R\$ (4.400) mil no 4T17, comparado ao resultado de R\$ (5.102) mil no trimestre anterior. O Resultado Operacional ficou positivo em R\$ 1.302 mil no 4T17, comparado ao resultado negativo de R\$ (2.699) mil no 3T17. A Companhia apresentou, no 4T17, um resultado positivo líquido de R\$ 592 mil, comparável ao resultado negativo líquido de R\$ (1.656) mil no 3T17.							
AUDITORES INDEPENDENTES							
As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras da Companhia passaram a ser auditadas, a par-							

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em milhares de reais - R\$)		31/12/2017		31/12/2016	
Recceitas de intermediação financeira					
Intermediação financeira					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa					
Outras receitas/(despesas) operacionais					
Despesas de intermediação financeira					
Insumos adquiridos de terceiros					
Serviços de terceiros					
Comissões pagas a correspondentes bancários					
Outros					
Valor adicionado bruto					
Depreciações e amortizações					
Depreciação					
Valor adicionado líquido					
Produzido pela entidade					
Valor adicionado total a distribuir					
Distribuição do valor adicionado					
Peçoal					
Remuneração direta					
Benefícios					
FGTS					
Impostos, taxas e contribuições					
Federal					
Municipal					
Remuneração de capitais de terceiros					
Aluguéis					
Remuneração de capitais próprios					
Perjuízo líquido					

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O 2º SEMESTRE DE 2017 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)			
Nota explicativa	2º Semestre 2017	31/12/2017	31/12/2016
Recceitas de intermediação financeira			
Operações de arrendamento mercantil			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários			
Rendas de aplicações de depósitos interfinanceiros			
Despesas de intermediação financeira			
Operações de captação no mercado			
Operações de arrendamento mercantil			
(Provisão)/Reversão para créditos de liquidação duvidosa			
Resultado bruto da intermediação financeira			
Outras receitas (despesas) operacionais			
Recceitas de prestação de serviços			
Despesas de pessoal			
Outras despesas administrativas			
Outras receitas operacionais			
Outras despesas operacionais			
Resultado operacional			
Resultado não operacional			
Resultado antes da tributação sobre o resultado e participações			
Provisão para imposto de renda e contribuição social			
Provisão para imposto de renda			
Provisão para contribuição social			
Ativo fiscal diferido			
(Prejuízo) líquido			
Prejuízo líquido por ação - em R\$			
(Representado por 11.000 ações em 31/12/2017 e 31/12/2016)			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em milhares de reais - R\$)			
Nota explicativa	2º Semestre 2017	31/12/2017	31/12/2016
Recceitas de intermediação financeira			
Intermediação financeira			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			
Outras receitas/(despesas) operacionais			
Despesas de intermediação financeira			
Insumos adquiridos de terceiros			
Serviços de terceiros			
Comissões pagas a correspondentes bancários			
Outros			
Valor adicionado bruto			
Depreciações e amortizações			
Depreciação			
Valor adicionado líquido			
Produzido pela entidade			
Valor adicionado total a distribuir			
Distribuição do valor adicionado			
Peçoal			
Remuneração direta			
Benefícios			
FGTS			
Impostos, taxas e contribuições			
Federal			
Municipal			
Remuneração de capitais de terceiros			
Aluguéis			
Remuneração de capitais próprios			
Perjuízo líquido			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

tor do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Companhia não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa neste trimestre. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS
Agradecemos aos nossos colaboradores e ao engajamento na gestão dos eventos recentes e à participação de todos os nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 (em milhares de Reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Pan Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia") tem como objeto, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, de veículos e outros bens. É uma empresa controlada pelo Grupo PAN, sendo suas operações de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos operacionais do Banco PAN. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as Instituições pertencentes ao Grupo PAN.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras, estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando aplicável. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, na elaboração das demonstrações financeiras, adotado, conforme aplicável, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:
 1. CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
 2. CPC 03 - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
 3. CPC 05 - Divulgação sobre prazos relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
 4. CPC 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
 5. CPC 24 - Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
 6. CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
 7. CPC 23 - Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
 8. Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil - Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
 9. CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
 10. CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
 11. CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
 12. CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16.

As demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2017, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 07/02/2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Companhia.
b) Apreciação do resultado:
 As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" para a apuração de natureza financeira. Estatas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados. As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período e considerada o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.
c) Aplicações Interfinanceiras de liquidez:
 As aplicações Interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos autorizados até a data do balanço.
d) Títulos e valores mobiliários:
 Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos autorizados até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Estes são classificados nas seguintes categorias:
 • Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
 • Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
 • Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos autorizados em contrapartida ao resultado do período.
e) Operações de arrendamento mercantil:
 A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:
Arrendamento a receber:
 Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
Arrendamento a pagar:
 Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
II. Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual garantido (VRG)
 As rendas a apropriar pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de VRG a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido com superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, observando compatibilizar as rubricas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apuração ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III. Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV. Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens "II" e "III" citados anteriormente diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando a taxa de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 10), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

V. Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e controlar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pelos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os exercícios de atraso definidos na referida Resolução, para assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de arrendamento vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando encobertas. São operações classificadas como nível "H" permanente nessa classificação por 6 meses, quando não há baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas no mesmo nível de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial da entidade.

Operações reconhecidas são mantidas, no mínimo, no nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:
 A partir de 01/01/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas em operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
 • Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
 Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e
 Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.
 • Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
 Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e às receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e
 Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.
g) Despesas antecipadas:
 São representados basicamente por bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios.
i) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:
 São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.
II) Imobilizado:
 Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transferiram os riscos, benefícios e custos dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias e móveis e equipamentos de uso.

Os bens imobilizados são avaliados de acordo com as seguintes regras estabelecidas no Regulamento do BACEN nº 4.535, de 24/11/2016.
k) Imposição de renda e contribuição social (ativo e passivo):
 Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos considerando o estudo de provisão para o reconhecimento de tais créditos, os quais são revistas periodicamente considerando aspectos técnicos e análises realizadas pela Administração.
 A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é constituída a alíquota de 20% a partir de setembro/15.
 Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
l) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):
 Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo for superior ao valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:
 i) Valor em valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
 ii) Valor em valor calculado pela unidade geradora de caixa.
 Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.
m) Depósitos e contingências no mercado aberto:
 É demonstrado pelo valor da exigibilidade e considera, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.
n) Passivos circulante e exigível a longo prazo:
 As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):
 São representados basicamente por passivos contingentes e obrigações legais e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios nos seguintes:
 • Ativos Contingentes - são não reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;

• Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
 Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
 • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestada a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Lucro por ação:
 O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.
Q) Uso de estimativas contábeis:
 A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melho de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, (reais e taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis); (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos arrendamentos mercantis; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

R) Eventos subsequentes:
 Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:
 i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
 ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras/insuficiência de depreciação.
4) SUPERVENIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA DE DEPRECIAÇÃO
 No exercício findo em 31/12/2017, foi registrada insuficiência de depreciação no valor de R\$ 5.230 (R\$ 15.649 em 31/12/2016) classificada como despesas de operações de arrendamento.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
 No exercício findo em 31/12/2017, o saldo das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros é de R\$ 240.525, com prazo de vencimento em 30/11/2018 - vencimento em 334 dias. A receita apurada no exercício foi de R\$ 9.995.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
 A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos foi encerrada em 19/07/2017 e era composta por Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Vinculados ao Banco Central, cuja receita apurada foi de R\$ 1.614 (em 31/12/2016, o saldo da carteira foi R\$ 51.151).

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
 As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem.
 Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Arrendamentos a receber - setor privado	148	1.112
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(133)	(1.009)
Bens arrendados acumulados	1.930	11.679
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados	(456)	(2.664)
Superveniências acumuladas	1.930	(11.325)
Depreciação de depreciação (Nota 3e IV)	1.474	8.662
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 13b)	(1.267)	(7.390)
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	222	1.728

Apresentamos a seguir, informações com base no valor presente das contraprestações:
a) Faixas de vencimentos e níveis de risco:

		Níveis de risco								Total em	Total em	
		Operações em curso normal								31/12/2017	31/12/2016	
		AA	A	B	C	D	E	F	G	H		
Parcelas Vencidas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	104	542
01 a 30		-	-	-	2	5	3	-	-	-	-	61
31 a 60		-	-	-	2	6	5	-	-	-	-	13
61 a 90		-	-	-	-	30	5	-	-	-	-	35
91 a 180		-	-	-	-	-	15	-	-	-	-	15
181 a 365		-	-	-	-	-	31	-	-	-	-	31
Acima de 365		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74
Parcelas Vencidas		-	-	5	12	21	-	19	2	2	59	377
01 a 14		-	-	3	12	5	-	-	-	-	8	52
15 a 30		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18
31 a 60		-	-	-	2	6	5	-	-	-	13	42
61 a 90		-	-	-	-	6	5	-	-	-	11	39
91 a 180		-	-	-	-	-	6	-	19	-	25	103
181 a 365		-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	123
Acima de 365		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		-	-	-	9	53	80	-	19	2	163	919
Provisão Requerida		-	-	-	-	6	24	-	13	2	45	480

		Níveis de risco								Total em	Total em	
		Operações em curso normal								31/12/2017	31/12/2016	
		AA	A	B	C	D	E	F	G	H		
Parcelas Vencidas		-	59	-	-	-	-	-	-	-	59	809
01 a 30		-	14	-	-	-	-	-	-	-	14	89
31 a 60		-	13	-	-	-	-	-	-	-	13	116
61 a 90		-	4	-	-	-	-	-	-	-	4	77
91 a 180		-	9	-	-	-	-	-	-	-	9	226
181 a 365		-	19	-	-	-	-	-	-	-	19	188
Acima de 365		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	113
Subtotal		-	59	-	-	-	-	-	-	-	59	809
Provisão Requerida		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	178
Total - Carteira		-	59	-	9	53	80	-	19	2	222	1.728
Total - Provisão		-	-	-	-	6	24	-	13	2	45	658

b) Composição por setor de atividade:
Sector de atividade

	31/12/2017	31/12/2016		
	Valor	%	Valor	%
Indústrias de base	-	-	230	16,78
Comércio	-	-	100	5,79
Serviços	222	100,00	1.238	71,64
Pessoa Física	-	-	100	5,79
Total	222	100,00	1.728	100,00

c) Monitorização da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do exercício	658	2.224
(Constituição)/reversão de provisão	(285)	(403)
Baixas de créditos contra a provisão	(328)	(1.969)
Saldo do fim do exercício	45	658
Créditos recuperados	510	1.832
Efeito no resultado	795	1.429

d) Concentração das operações de arrendamento mercantil:

	31/12/2017	31/12/2016		
	Valor	%	Valor	%
Maiores devedores				
10 maiores devedores	222	100,00	603	59,61
50 seguintes maiores devedores	-	-	695	40,22
100 seguintes maiores devedores	-	-	3	0,17
Total	222	100,00	1.728	100,00

e) Receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil:

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas de arrendamento mercantil	6.487	21.567
Rendas de arrendamento	828	3.667
Lucro na alienação de bens arrendados	5.149	16.068
Recuperação de créditos baixados prejuizo	510	1.832
Despesas de arrendamento mercantil	(5.540)	(19.213)
Depreciação de bens arrendados	(310)	(3.564)
Insuficiência de depreciação (Nota 4)	(5.230)	(15.649)
Total	947	2.354

8) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	31/12/2017	31/12/2016
Créditos tributários (Nota 22b)	197.155	193.483
Depósitos judiciais e fiscais	22.161	19.217
Impostos e contribuições a compensar	1.404	2.364
Outros	614	619
Total	221.334	215.683

9) OUTROS VALORES E BENS

	31/12/2017
--	------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Risco de liquidez
O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade da Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e ainda, a possibilidade da Companhia não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira. O Grupo PAN mantém níveis de liquidez adequados e ressaltando da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CNM (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos gaps de liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

Risco Operacional
Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inexistência ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do artigo 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/Relatório de Gerenciamento de Riscos.

2) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstação do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(7.059)	(11.795)
Alíquota efetiva (1)	45%	45%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	3.177	5.308
Outros valores (2)	(600)	(571)
Receita de imposto de renda e contribuição social do exercício	2.577	4.737

(1) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que instituiu de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de empresas de 15% a partir de 2019, e

(2) Outros valores - Inclui também os efeitos da elevação da alíquota de 15% para os créditos tributários sobre base negativas e ações tributárias que foram constituídas a CSLL.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2016	Consti- tuição	Reali- zação	Saldo em 31/12/2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.183	37	(166)	1.054
Provisão para contingências cíveis	3.243	4.925	(5.224)	2.944
Provisão para contingências trabalhistas	1.065	1.118	(478)	1.705
Provisão para contingências tributárias	4.403	5.155	(663)	8.895
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	460	27	(91)	396
Outras provisões	29	78	(78)	29
Total dos créditos tributários	10.383	11.340	(6.700)	15.023

Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (I) 143.695 - (576) 143.119

Prejuízo fiscal sobre receita de superveniência (II) 39.405 - (392) 39.013

Total dos créditos tributários (Nota 8) **193.483** **11.340** **(7.668)** **197.155**

Obrigações fiscais diferidas (Nota 13a) (79.718) - 1.308 (78.410)

Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas **113.765** **11.340** **(6.360)** **118.745**

Os créditos decorrentes dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição são subdivididos em (I) Prejuízo Fiscal e Base Negativa da Contribuição Social relacionados às demais atividades da Companhia; e (II) Prejuízo Fiscal decorrente da exclusão da Receita de Superveniência de depreciação do Lucro Real.

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2017, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Aproveitada projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram referidas pelo Conselho de Administração em 07/02/2017.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrarem dentro dos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os

prejuízos fiscais que os originaram forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	6.010	5.332	480	225	6.490	5.557
2018	6.355	3.044	815	2.565	7.170	5.609
2019	1.174	1.292	12.994	9.356	14.168	10.648
2020	1.484	715	15.024	10.035	16.508	10.750
2021	-	-	16.973	20.475	16.973	20.475
2022	-	-	18.723	20.728	18.723	20.728
2023	-	-	20.968	20.682	20.968	20.682
2024	-	-	22.988	22.777	22.988	22.777
2025	-	-	22.988	24.565	22.988	24.565
Total	-	-	11.166	12.287	11.166	12.287
Total	15.023	10.383	143.119	143.695	158.142	154.078

Em 31/12/2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando-se a taxa média de captação, totalizava R\$ 95.827 (R\$ 63.799 em 31/12/2016).

Conforme § 2º do Artigo 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados por prejuízos fiscais ocasionais fora da exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 39.013 (R\$ 39.405 em 31/12/2016), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) No exercício findo em 31/12/2017, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relacionadas a operações com instrumentos financeiros derivativos;

b) Em 20/11/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, que converte em lei a MP nº 656/2014, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (artigo 9º, da Lei nº 9.430/96); e
Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente.

A DIRETORIA

CONTADOR - Gregório Moreira Franco - CRC 1SP219426/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários, bem como deixar de atender aos requisitos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Realizamos o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários. Comparamos as premissas utilizadas pela Instituição para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Pan Arrendamento Mercantil S.A. é responsável por essas outras informações que compõem o Relatório da Administração.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Pan Arrendamento Mercantil S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos de que ela determinou como necessários para a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em

conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e atermos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Avaliamos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas a até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira apropriável com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP19700/O-2

Aos Administradores e Acionistas
Pan Arrendamento Mercantil S.A.
Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Pan Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pan Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva
Conforme mencionado nas notas explicativas 3(e) e 7) às demonstrações financeiras, a Instituição registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente. Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e das normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Nossa auditoria em 2017 foi planejada e executada considerando que as operações da Instituição não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, o Principal Assunto de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, manteve-se substancialmente inalterado ao longo do ano anterior.

Porque é um PAA
Créditos Tributários (Notas explicativas 3k e 22b)
A Instituição apresenta créditos tributários no total de R\$ 197,1 milhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração de seu controlador, o Banco Pan S.A., envolve julgamentos e premissas subjetivas. Continuamos considerando essa área de fato, o assunto de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4T17

SENHORES ACIONISTAS,
De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

CENÁRIO ATUAL
A empresa, controlada integralmente pelo Banco PAN S.A., atua no segmento de securitização de créditos, através de créditos imobiliários e do agronegócio para emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") e Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), respectivamente.

Os setores de atuação sofreram com o desempenho da economia nos últimos anos, impactando as operações da Companhia.

DESEMPENHO FINANCEIRO
No 4º e 3º trimestres de 2017, a Companhia não adquiriu créditos imobiliários para lastrear novas emissões de CRI pulverizados. No 4º trimestre de 2016 foram adquiridos R\$ 27.075 mil. A Companhia não emitiu certificados em CRI no 4º e 3º trimestres de 2017, enquanto no 4º trimestre de 2016 foram emitidos R\$ 175.000 mil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.175	2.819
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo		22.854	134.015
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		22.854	134.015
Instrumentos de dívida	6	22.854	134.015
Instrumentos Financeiros Mensurados a Custo Amortizado		165.268	207.606
Ativos Mantidos até o Vencimento		114.171	159.780
Instrumentos de dívida	6	114.171	159.780
Empréstimos e recebíveis		51.097	47.826
Recebíveis imobiliários	7	36.133	41.667
Benefício residual em operações securitizadas	31	11.214	2.927
Outros empréstimos e recebíveis	8	3.750	3.232
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda		9.466	11.774
Impostos		35.314	41.057
A compensar		33.015	29.342
Diferidos	10,b	2.299	11.715
Outros Ativos		11	2.476
Ativo Intangível	12	-	606
TOTAL DO ATIVO		239.553	400.544

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Reservas de lucros				Ajustes de avaliações patrimoniais	Ágio em transações de capital	Prejuízos/Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reservas de reserva de capital	Reserva legal	Reservas para expansão				
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	174.201	17.048	8.106	27.236	(887)	(3.972)	-	221.732
Prejuízo líquido	-	-	-	-	-	-	(6.017)	(6.017)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	957	-	-	957
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	957
Destinações:								
Reserva de lucros	-	-	-	6.017	-	-	-	6.017
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	174.201	17.048	8.106	21.219	70	(3.972)	-	216.672
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	174.201	17.048	8.106	21.219	70	(3.972)	-	216.672
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	9.515	9.515
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(220)	-	-	(220)
Contribuição dos acionistas e distribuição aos acionistas								
Destinações:								
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(2.260)	(2.260)
Reservas de lucros	-	-	-	7.255	-	-	(7.255)	-
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(220)	-	9.515	9.295
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	174.201	17.048	8.106	28.474	(150)	(3.972)	-	223.707

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Receita Líquida com Juros	19	31.044	66.299
- Receitas com juros e similares		48.081	102.991
- Despesas com juros e similares		(17.037)	(36.692)
Perdas no valor recuperável de ativos financeiros		(3.361)	(10.773)
Benefício residual em operações securitizadas	20	17.086	3.975
(Fornecedores) ganhos com ativos e passivos financeiros	22	(14.289)	(45.459)
Receita de prestação de serviços	21	1.011	1.939
Receitas Líquidas de Juros Após Perdas por Redução no Valor Recuperável de Ativos Financeiros		31.511	15.981
Despesas Administrativas		(14.240)	(22.796)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EFEITOS FINANCEIROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016
Receitas	34.595	20.783		(1.204)	(1.059)
Benefício líquido com juros	31.044	66.299	Cartório	(501)	(73)
Benefício residual em operações securitizadas	17.086	3.975	Outras	23.972	8.889
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.011)	(10.733)	Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	23.972	8.889
Prestação de serviços	(1.939)	1.939	Valor Adicionado Total a Distribuir	23.972	8.889
(Perdas) ganhos com ativos e passivos financeiros	(14.269)	(45.459)	Distribuição do Valor Adicionado	3.096	8.818
Ganhos líquidos com a baixa de ativos e passivos	4.060	70	Pessoal	2.460	7.716
Outras	3.490	4.712	Remuneração direta	401	801
Insumos Adquiridos de Terceiros	(10.623)	(11.874)	Benefícios	224	301
Materiais, energia e outros	-	(1.873)	FGTS	11.361	5.945
Serviços de terceiros	(4.845)	(4.729)	Federais	8.017	1.868
Outras	(5.778)	(7.132)	Municipais	3.344	4.077
Propaganda, publicidade, publicações	(406)	(921)	Remuneração de capitais de terceiros	-	143
Serviços do sistema financeiro	(1.431)	(1.958)	Aluguéis	-	143
Condomínios	(1.642)	(2.137)	Remuneração de capitais próprios	9.515	(6.017)
Comunicações	(1)	(14)	Lucro (Prejuízo) líquido	9.515	(6.017)
Processamento de dados	(593)	(970)			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Brazilian Securities Companhia de Securitização ("BS", "Companhia" ou "Insituição"), controlada diretamente pelo Banco PAN S.A., tem como objetivo social a aquisição de créditos controlados, hipotecários e de agronegócio e, securitização através da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs). Os CRIs e/ou CRAs são emitidos sob o regime de patrimônio separado, no qual os recebíveis imobiliários e/ou recebíveis do agronegócio ficam excluídos do patrimônio líquido da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos diretos dos titulares dos CRIs e/ou dos CRAs. Para a Série 95 e 96, a Companhia responde por eventual insuficiência de recursos para liquidação financeira dos CRIs (descritas na Nota 7.a). As atividades empresariais são suportadas por uma estrutura corporativa única do Banco PAN que provê, de forma integrada, toda a base tecnológica, o processamento e controles, operacional, comercial, administrativo, financeiro e legal necessária à realização das suas diversas atividades no ramo imobiliário. Os custos provenientes dessas utilidades são allocated, conforme praticável, por meio de rateio entre as Instituições.

2) BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Brazilian Securities Companhia de Securitização foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* "IFRS"), implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mantidos para negociação mensurados ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e (ii) a redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram basicamente os seguintes:

- a) Moeda funcional e moeda de apresentação/transações em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do exercício.
- b) Ativos, reconhecimento, reclassificação dos instrumentos financeiros:**
i. **Definições, reconhecimento, reclassificação dos instrumentos financeiros:**
Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.
Derivativo: é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual o valor não é ajustado ao valor justo por meio resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades para fins de investimento inicial ou que seja inexequível ou inferior em comparação ao investimento inicial que o negócio não mesmas variáveis de mercado destacadas acima.
Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na contratação do instrumento.
- ii. **Instrumentos financeiros**
A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Companhia. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.
- iii. **Classificação e reclassificação dos ativos financeiros para fins de mensuração**
Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias: Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado); essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação, e derivativos não designados como instrumentos de cobertura em estruturas de cobertura contábil (*hedging accounting*).
Outros ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os ativos financeiros também são classificados nessa categoria com o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das informações, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração ("divergências contábeis") derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).
Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado". A característica preponderante do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do tipo de tomador e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizado, deduzidos por eventual redução de valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.
Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais a Companhia tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.
- iv. **Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação**
Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial: **Caixa e equivalentes de caixa:** saldos de caixa e de depósitos à vista.
Instrumentos de dívida: títulos que representam dívida para a emissora, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
Recebíveis imobiliários: inclui carteiras de financiamentos imobiliários e recebíveis de aluguéis adquiridos, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de certificados de recebíveis imobiliários.
Derivativos: inclui o valor justo em favor da Companhia dos derivativos que foram designados parcialmente como instrumento de cobertura em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedging* (*hedging accounting*).
Benefício residual em operações securitizadas: corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimonios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora, no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.
Outros empréstimos e recebíveis e Outros ativos: referem-se basicamente aos saldos a receber junto a "Clientes" e entidades não consideradas como "Instituições Financeiras".

v. **Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação**
Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os derivativos não designados como instrumentos de cobertura em estruturas de cobertura contábil (*hedging accounting*).
Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os passivos financeiros híbridos não classificados como "para negociação" e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os passivos financeiros também são classificados nessa categoria com o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração ("divergências contábeis") derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).
Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pela Companhia.
vi. **Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação**
Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial: Derivativos: inclui o valor justo passivo da Companhia, dos derivativos que foram designados parcialmente como instrumento de cobertura em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedging* (*hedging accounting*).
Obrigações por títulos e valores mobiliários: inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
Obrigações por empréstimos no País e no Exterior: inclui a captação de recursos junto a instituições no País e no Exterior. Parte dos empréstimos no Exterior é objeto de *hedging accounting*.
c) **Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo:** Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, da seguinte forma:
i. Mensuração dos ativos financeiros:
Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto aqueles mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.
O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo de forma independente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").
Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e, sobretudo as diversas espécies de riscos associadas a ele.
Os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" na demonstração do resultado.
Os "Empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é considerado equivalente ao custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos empréstimos e recebíveis objetos de *hedging* em *hedges* de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo dos instrumentos relacionadas ao risco objeto dos *hedges*.
A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com o custo de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, fazem parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.
Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos mensuráveis, a exposição máxima da Companhia ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras.

ii. **Mensuração dos passivos financeiros**
Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros para negociação" e "Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", os quais são reconhecidos por seu valor justo.

iii. **Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo**
Os ativos financeiros de propriedade da Companhia são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, exceto empréstimos e recebíveis.
No mesmo sentido, os passivos financeiros da Companhia - exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial.
Ativos e passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo
Os ativos e passivos financeiros uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros da Companhia mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Ativos mantidos até o vencimento	114.171	114.171	159.780	159.780
Instrumentos de dívida	114.171	114.171	159.780	159.780
Empréstimos e recebíveis (1)	48.813	48.813	45.961	45.961
Recebíveis imobiliários	36.133	36.133	41.667	41.667
Benefício residual em operações securitizadas	11.214	11.214	2.627	2.627
Outros empréstimos e recebíveis	1.466	1.466	1.367	1.367
Passivos financeiros ao custo amortizado (2)	4.215	4.215	7.613	7.613
Recursos de emissão de títulos	4.215	4.215	7.613	7.613

- 1) Ainda que esses ativos não estejam sujeitos a marcação a mercado, seus saldos contábeis representam substancialmente os respectivos valores justos;
- 2) Os valores justos calculados foram baseados nos fluxos descontados utilizando taxas de mercado de prazos equivalentes e considerando risco de crédito das emissoras.
- d) Caixa de ativos e passivos financeiros:**
O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:
i. Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que prevê a sua compra pelo valor justo na data da compra, securitização de ativos na qual a Companhia não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares, e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.
ii. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com base em um contrato que prevê a sua compra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares, e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:
a. Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; e esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.
b. A receita do ativo financeiro transferido não é baixado e qualquer despesa incorrida com o novo ativo financeiro.
iii. Se a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com uma opção de compra comprada ou uma opção de venda lançada que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o cedente retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido, e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:
a. Se a Companhia não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e qualquer direito ou obrigação retido ou criado na transferência são reconhecidos.
b. Se a Companhia retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo. c. Nesse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre os fluxos de caixa que gerarem tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similitermente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações que gerarem, houverem sido extintas ou quando forem adquiridos com a intenção de serem cedidos ou revendidos.
d. Os recebíveis imobiliários e do agronegócio, lastros de operações de securitização sem cláusula de coobrigação, foram objeto de baixa quando da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs e Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRAs respectivamente. Eventuais benefícios residuais são reconhecidos de acordo com seus períodos de competência, estando registrados na rubrica "Benefício residual em operações securitizadas", no crédito aos novos titulares, e outras hipóteses similares para garantias.

e) Ativos financeiros não recuperáveis:
i. Definição
Um ativo financeiro é considerado não recuperável e, portanto, seu valor contábil é ajustado para refletir o efeito da não-recuperação, quando há evidência objetiva, o ocorrência de eventos que:
i. No caso de instrumentos de dívida, ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação.
ii. No caso de instrumentos de patrimônio, signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado.
Como regra geral, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado com uma despesa à demonstração do resultado referente ao período em que a não-recuperação se torna evidente, e a reversão, se houver de perdas por não-recuperação previamente registradas se reconhecida na demonstração do resultado referente ao período em que a não-recuperação for revertida ou reduzida.
Quanto a recuperação de qualquer valor reconhecido é considerada improvável, o valor é baixado, sem prejuízo de quaisquer ações que possam ser tomadas pelas entidades para efetuar a cobrança até que seus direitos contratuais sejam extintos.
A Companhia efetua a análise sobre a recuperação dos valores registrados como ativos financeiros, a fim de que sejam registradas as perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Como resultado dessa análise, a Companhia asperdu que os referidos ativos não estão registrados em montante superiores aos valores prováveis de recuperação, fato pelo qual não houve a necessidade de efetuar eventuais ajustes.

ii. Empréstimos e recebíveis registrados ao custo amortizado
O valor de uma perda por não-recuperação incorrida sobre empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado é igual à diferença entre seu valor contábil e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados e é apresentado como uma redução do saldo do ativo ajustado.
Ao estimar os fluxos de caixa futuros, os seguintes fatores são levados em conta:
i. Todos os valores que se esperam obter ao longo da vida remanescente do ativo, incluindo o conformo o caso, aqueles que possam resultar da garantia prestada por o instrumento (menos os custos de obtenção e posterior venda da garantia). A perda por não-recuperação leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber.
ii. As várias tipos de riscos a que cada ativo está sujeito.
iii. Circunstâncias de que previamente as cobranças serão efetuadas.
Insolvência em relação a perdas por não-recuperação decorrentes da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um ativo torna-se não recuperável quando há evidência de deterioração da capacidade de pagamento do contratante, seja por estar em mora ou por outros motivos.
Em relação às operações de recebíveis imobiliários e do agronegócio, referidos contratos possuem cláusula de alienação fiduciária do ativo objeto. A Administração da Companhia entende que essa garantia é suficiente para cobertura de eventuais perdas prováveis decorrentes da inadimplência, não sendo, portanto, necessária a constituição de qualquer provisão complementar.

iii. Instrumentos de patrimônio em instrumentos de patrimônio mensurados ao custo de aquisição
A perda por não-recuperação de instrumentos de patrimônio mensurados ao custo de aquisição corresponde à diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados relacionados pela taxa de retorno do mercado para títulos similares.
Perdas por não-recuperação são reconhecidas na demonstração do resultado referentes ao período em que se originaram, como uma redução direta do custo do instrumento. Essas perdas somente podem ser revertidas posteriormente se os respectivos ativos forem vendidos.
f) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes:
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais técnicos os seguintes:
i. Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a geração de sua realização, sobres as quais não cabam mais recursos.
ii. Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
iii. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestada a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

g) Reconhecimento de receitas e despesas:
As receitas e despesas são apropriadas ao resultado segundo regime contábil de competência.
As receitas de prestação de serviços são reconhecidas somente quando o desfecho das transações podem ser confiavelmente estimados, na proporção dos serviços prestados até a data das demonstrações financeiras.
Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos dentro de "receitas de juros e similares" e "despesas de juros e similares" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.
Método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período relevante. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vida do instrumento financeiro ou, apropriado por um período mais curto, que resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Companhia estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras.
h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):
Os créditos tributários prováveis as adições temporárias serão realizados quando da utilização de/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e o tomador segurador e de 9% para as demais empresas.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

i) Demonstração dos fluxos de caixa:
Os termos a seguir são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:
I. Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor;
ii. Atividades operacionais: principais atividades geradoras de receita da Companhia e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento;
iii. Atividades de investimento: aquisição e venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa;
iv. Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais ou de investimento; e
v. Ao preparar a demonstração dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor, foram classificadas como "Caixa e equivalente de caixa".

j) Honorários da diretoria e participação de empregados no lucro:
Os honorários da diretoria e participação de empregados nos lucros são provisionados ao longo de cada período, e são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, respectivamente, e sua provisão é efetuada em função de se constituírem obrigações construtivas, no âmbito do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.
k) Lucro líquido por ação:
O lucro líquido por ação é apurado mediante divisão do resultado líquido da Companhia pela quantidade média de ações existentes ao longo do exercício. Não existe diferença entre o lucro líquido por ação básico e o diluído.

l) Apresentação das informações por segmentos:
A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de recebíveis imobiliários e do agronegócio, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo CPC 22 - Informações por Segmentos.

m) **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:**
A Companhia efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administração, podem ser consideradas mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos da Companhia, estão descritas a seguir:
i. Valor justo dos instrumentos financeiros: O valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis no mercado, por exemplo, por Bolsa de Valores, são mensurados mediante a utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações financeiras. As políticas contábeis descritas nas notas 3b e 3c apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre "definições e classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo".
ii. Constituição de créditos tributários: De acordo com as informações divulgadas na nota 3i, a Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Referido reconhecimento ocorre somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários. Para tanto, a Companhia utiliza projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas inerentes e em cenários econômicos. A nota 10 apresenta informações detalhadas sobre impostos diferidos, bem como a expectativa de prazo para suas realizações.
iii. Baixa de ativos financeiros: de acordo com a informação divulgada na nota 3d, os recebíveis imobiliários e do agronegócio, lastros de operações securitizadas sem cláusula de coobrigação, são baixados quando da emissão dos respectivos CRIs e CRAs e a eventual benefícios residuais são reconhecidos de acordo com o período de competência. A nota 30 apresenta informações detalhadas dos CRIs e dos CRAs.

n) Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes:
i. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em 31/12/2017
Adm 19 (R1) - Benefícios à Empregados - regra determina que a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros para fins de contabilização de planos de benefícios definidos. Não foram identificados impactos relevantes para as demonstrações financeiras.
Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) - alterações contemplam a revisão do IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 - Benefícios aos Empregados e IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário. Efeito para os exercícios iniciados em 01/01/2016, com adoção antecipada permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as demonstrações contábeis.
Alteração IFRS 11 - "Negócios em Conjunto" - A alteração conjunje os critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos e operações controladas em conjunto, que constituem um negócio, conforme estabelecido no IFRS 3 - Combinações de Negócios. Efeito a partir de 01/01/2016 e a adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessas alterações serão avaliados quando houver este tipo de operações em conjunto.
Alteração IAS 16 - "Imobilizado" e IAS 38 - "Ativos Intangíveis" - normativo esclarece o princípio para depreciação e amortização como sendo o padrão esperável de consumo de benefícios econômicos futuros do ativo. Efeito a partir de 01/01/2016 e a adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis.
Alteração da IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" - tem o objetivo de incentivar as instituições a identificar quais são as informações que são relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. É esclarecido que a materialidade se aplica para o conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo também as notas explicativas e aplicável para todo e qualquer requerimento das normas IFRS. Efeito a partir de 01/01/2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os principais impactos identificados estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.
Alterações IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando o Conceito à Consolidação - documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Efeito a partir de 01/01/2016 e adoção antecipada permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis.
Alterações no IAS 27 - Demonstrações Separadas - alterações permitem a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Efeito a partir de 01/01/2016. Os possíveis impactos estão sendo avaliados.

ii. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor
Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para fins da IFRS em períodos após a data destas demonstrações financeiras:
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - este normativo visa substituir o IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e incluir: (i) modelo lógico de classificação e mensuração; (ii) modelo único de impairment para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta a perdas esperadas; (iii) abordagem para a variação da volatilidade no resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (iv) nova abordagem para contabilidade de hedge. Efeito a partir de 01/01/2018. Os impactos dessas alterações não serão significativos.
IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes" - este normativo requer que o reconhecimento da receita seja realizado de modo a retrair a transferência de bens ou serviços ao cliente por um valor que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos destes bens ou serviços. Substitui a IAS 18, IFRS 13, 15 e 16. Efeito a partir de 01/01/2018, não há impactos trazidos por esta norma.
Alterações IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" e IAS 28 - "Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto (joint venture)" - alterações referem a uma inconsistência entre as exigências das duas regras ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Os impactos estão sendo avaliados para fins de elaboração das demonstrações financeiras.

o) Eventos subsequentes:
Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos Órgãos de administração. São divididos em:
i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	-	1
Depósitos bancários	4.175	2.818
Total	4.175	2.819

5) ATIVOS FINANCEIROS: MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO / MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - DERIVATIVOS (ATIVO E PASSIVO)

a) Posições dos instrumentos financeiros derivativos:
Instrumentos Derivativos
Instrumento/Posição:
31/12/2017 31/12/2016

Swap		
- Diferencial a pagar	-	(16.465)
Total líquido	-	(16.465)

b) Abertura por vencimento (valor de referência):		
Swap		137.584
- Libor x CDI	-	-
Total em 31/12/2017		Total em 31/12/2016

Valor de Mercado
Instrumento de hedge:
- Swap - Ponta Dólar - 138.080
- CDI sem Corção - 134.101
- Empréstimo no Exterior - 134.101

6) INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

	31/12/2017	31/12/2016
Classificação:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	22.854	134.015
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	Livre	30.718
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	Vinculado	62.192
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Vinculado	41.105
Mantidos até o vencimento	114.171	159.780
Certificados de Depósito Bancário - CDB	Livre	93.760
Certificados de Depósito Bancário - CDB (1)	Vinculado	14.481
Fundo de Investimento de Renda Fixa	Vinculado	100
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	Vinculado	51.439
Total	137.025	293.795

(1) Incl

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

(1)Correspondem a valores a receber: (i) de transferência de recursos alocados temporariamente em operações de securitização para o pagamento de custas de emissão de série estruturada conforme termo de securitização e, cobertura de rating, (ii) referentes a repasses de taxas de cobrança de contratos cuja gestão de recebíveis é efetuada pela Companhia, (iii) pela renegociação da aquisição de contratos de créditos imobiliários junto a empresas não ligadas; e, (iv) referentes a venda parcelada de BNDU.

9) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/12/2017	31/12/2016
Imóveis	9.933	12.595
Provisão para perda ao valor recuperável	(467)	(821)
Total (1)	9.466	11.774

(2) BNDU - Ativos não depreciáveis recebidos pela Companhia em liquidação total de ativos financeiros, representados por contas a receber de terceiros, destinados a venda até um ano, mensurados ao custo e reduzidos ao valor de realização com a constituição de provisão para ajuste ao valor recuperável dos ativos, conforme aplicável.

10) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	14.417	(9.230)
Alíquota efetiva	34%	34%
Encargos/ créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(4.902)	3.138
Efeito no cálculo dos tributos:		
Outros provisões	76	75
Resultado de imposto de renda e contribuição social do período	(4.902)	3.213

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2016	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo em 31/12/2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	117	1.173	(31)	1.254
Provisão para contingências cíveis	372	509	(174)	712
Provisão para contingências tributárias	4	-	(1)	3
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	11.993	7.990	(19.105)	78
Outras provisões	29	76	(60)	45
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	207	-	207
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	11.715	9.955	(19.371)	2.299
Obrigações fiscais diferidas (Nota 10.d)	(4.932)	(135)	4.763	(304)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	6.783	9.820	(14.608)	1.995

c) Provisão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias
A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2017, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas em conjunto às demonstrações financeiras, pelo Conselho de Administração da Companhia em 07/02/2018.

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito, forem compensados. Para tanto, a Companhia adotou critérios previstos no CPC 32, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/2009 e a Instrução CVM nº 371/2002, no que a regra anterior não conflite com a norma posterior. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Diferenças temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	2.042	2.153	-	-	2.042	2.153
2018	50	2.099	-	-	50	2.099
2019	-	1.865	-	-	-	1.865
2020	-	1.866	-	-	-	1.866
2021	-	1.866	-	-	-	1.866
2022	-	1.866	-	-	-	1.866
2023	-	-	-	-	-	-
Total	2.092	11.715	207	-	2.299	11.715

Em 31/12/2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de capitalização do Banco PAN, totalizava R\$ 2.108 (31/12/2016 - R\$ 6.364).

d) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31/12/2016	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo em 31/12/2017
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(1.843)	(183)	1.722	(304)
Varição cambial (Nota 5)	(3.089)	(5.744)	8.833	-
Total	(4.932)	(5.927)	10.555	(304)

11) OUTROS ATIVOS

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas a apropriar	1.141	1.744
Depósitos judiciais e fiscais	863	421
Devedores diversos-País	171	415
Valores a receber de sociedades ligadas	301	74
Adiantamentos para salários e férias	-	13
Total (1)	2.476	2.667

(1) Foi reclassificado de outros ativos para outros empréstimos e recebíveis, o montante de R\$ 1.865 para a data-base 31/12/2016.

12) ATIVO INTANGÍVEL

Em 2016 refere-se a aquisição de sistemas de desenvolvimento para gestão de ativos.

13) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	Até 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
No Exterior (1)(2)(3)	-	-	-	134.101
Total em 31/12/2017	-	-	-	134.101
Total em 31/12/2016	2.038	132.063	-	134.101

(1) Operação da Brazilian Securities junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
(2) Objeto de hedge contábil (Nota 5); e
(3) Empréstimo liquidado antecipadamente junto ao BID na data de 15/08/2017 no montante de R\$ 66.625 (US 20.000) e 01/11/2017 no montante de R\$ 65.949 (US 20.000).

14) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

	31/12/2017	31/12/2016
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	4.215	7.613
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI (1)	4.215	7.613
Total	8.430	15.226

(1) Certificados de recebíveis imobiliários - CRIs com vencimento em 01/05/2023.

15) PROVISÕES

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, a Companhia possui registradas provisões para passivos contingentes cuja probabilidade de perda é provável, conforme demonstrado a seguir:

a) Composição:

	31/12/2017	31/12/2016
Processos cíveis	2.094	1.108
Processos tributários	8	13
Total	2.102	1.121

b) Variações:

	Trabalhistas	Cíveis (1)	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2016	-	1.108	13	1.121
Baixas	(382)	(246)	(628)	(1.256)
Constituições líquidas de reversões	382	1.232	(5)	1.609
Saldo em 31/12/2017	-	2.094	8	2.102

	Trabalhistas	Cíveis (1)	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2015	57	886	6	949
Constituições líquidas de reversões	(57)	222	7	172
Saldo em 31/12/2016	-	1.108	13	1.121

(1) Refere-se a processos, os quais os autores pleiteiam substancialmente rescisão/reviço de contrato de compra e venda de imóvel.

16) PASSIVOS FISCAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 10.d)	304	4.932
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	2.937
COFINS a recolher	644	358
PIS a recolher	105	58
Impostos e contribuições sobre salários	125	486
Outros	48	44
Total	1.226	8.815

17) OUTROS PASSIVOS

	31/12/2017	31/12/2016
Dividendos a pagar	2.260	-
Obrigações por aquisições de recebíveis (1)	720	9.453
Valores a repassar (2)	3.415	2.248
Participações nos lucros a pagar	244	672
Obrigações com fornecedores	137	112
Obrigações com pagamentos a efetuar	285	882
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.282	2.390
Total	8.303	15.757

(1) Referem-se a valores a pagar pela aquisição de recebíveis imobiliários, com vencimento substancialmente à vista, atualizadas por percentuais de 77,50% a 100% do CDI e 12,68% a 14,00% ao ano + IGP/M, conforme respectivos contratos; e
(2) Referem-se a valores a repassar em virtude de garantia fiduciária recebida, devido a fluxos de recebíveis imobiliários adquiridos, e, recebimentos de créditos imobiliários de carteira de "terceiros" cuja gestão de créditos é efetuada pela Companhia.

A DIRETORIA

Acionistas e Administradores da
Brazilian Securities Companhia de Securitização
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Brazilian Securities Companhia de Securitização** em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades de auditoria, de acordo com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para formar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Certificados de recebíveis imobiliários

No contexto de suas operações normais, a Companhia estrutura operações de securitização vinculando recebíveis imobiliários ("Recebíveis Imobiliários") aos certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"). Como resultado destas operações, seus registros contábeis contemplam os referidos recebíveis imobiliários e os CRIs correspondentes, que são veiculados com regime fiduciário e, em sua maioria sem coobrigação. Não obstante, a Companhia também efetua o gerenciamento do recebimento destes ativos, bem como o pagamento dos CRIs em observância às suas obrigações junto ao agente fiduciário. Neste sentido, considerando a atividade fim da Companhia e os reflexos contábeis provenientes destas movimentações financeiras, entendemos que é um tema de risco significativo em nossa abordagem de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, mapeamos os processos e as atividades de controles implementados pela Companhia, e efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam na:
• Leitura dos termos de securitização, analisando se as condições determinadas nos termos foram refletidas nas demonstrações contábeis;
• Verificação da custódia dos CRIs emitidos;
• Reconcilho dos juros e confronto com os montantes registrados durante o exercício; e
• Avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos
A mensuração do valor justo é uma área que inclui subjetividade, uma vez que dependem de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos que envolvem premissas da Administração para avaliação de instrumentos financeiros. Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação

18) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social e quantidade de ações:
O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 174.201, e está dividido em ações ordinárias nominativas - escriturais, sem valor nominal.

	31/12/2017	31/12/2016
Total	77.864.966	77.864.966

b) Lucro (Prejuízo) por ação:

A seguir apresentamos a composição do lucro/prejuízo por ação básico e diluído em Reais:

	31/12/2017	31/12/2016
Básico/Diluído:		
Lucro/Prejuízo líquido	9.515	(6.017)
Quantidade ponderada de ações ordinárias	77.894.966	77.894.966
Lucro (Prejuízo) líquido por ação (em Reais):	0,12215	(0,07725)

19) RESULTADO COM JUROS E SIMILARES:

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas com juros e similares		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	13.889	12.963
Instrumentos de dívida	11.821	27.217
Recebíveis imobiliários	14.910	12.092
Varição cambial - Empréstimo BID	7.161	50.719
Total de receitas com juros e similares	48.081	102.991
Despesas com juros e similares		
Varição cambial - Empréstimo BID	(15.969)	(34.474)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	(1.068)	(2.218)
Total de despesas com juros	(17.037)	(36.692)
Total	31.044	66.299

20) BENEFÍCIO RESIDUAL EM OPERAÇÕES SECURITIZADAS

Inclui resultados gerados pela variação dos saldos dos patrimônios separados, líquidos de eventuais ganhos prestadas, das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora, no momento de extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários. O valor em 31/12/2017 é R\$ 17.086 (31/12/2016 - R\$ 3.975).

21) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Refere-se a receitas geradas pela prestação de serviços de Assessoria Técnica. O saldo em 31/12/2017 é R\$ 1.011 (31/12/2016 - R\$ 1.939).

22) PERDAS (GANHOS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As perdas (ganhos) com ativos e passivos financeiros (que não são instrumento de patrimônio) são compostos de resultados na alienação e ajustes de avaliação ao valor justo dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos. O saldo dessa rubrica está demonstrado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado com operações de derivativos - Swap	(10.780)	(43.212)
Resultado com venda de ativos financeiros	(3.489)	(2.247)
Total	(14.269)	(45.459)

23) DESPESAS COM PESSOAL

	31/12/2017	31/12/2016
Honorários	1.168	4.564
Proventos	1.292	3.120
Encargos Sociais	745	2.202
Benefícios	412	801
Total	3.617	10.711

24) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2017	31/12/2016
Relatórios técnicos	3.855	3.692
Serviços do sistema financeiro	1.431	1.958
Aluguéis e condomínios	1.642	2.280
Carro	1.209	1.059
Tecnologia e sistemas	990	1.036
Publicidade	583	970
Imóveis retomados	406	921
Comunicações	333	6
Outras	168	143
Total	10.623	12.079

25) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2017	31/12/2016
IPTU/ITBI	3.293	3.981
COFINS	1.921	2.268
IOF	361	484
PIS	312	368
ISS	51	96
Total	5.938	7.197

26) PROVISÕES (LÍQUIDAS)

	31/12/2017	31/12/2016
Riscos trabalhistas	(382)	57
Riscos cíveis	(1.232)	(222)
Riscos tributários / fiscais	5	(7)
Total	(1.609)	(172)

27) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Variações monetárias ativas	3.594	3.984
Reembolsos de despesas	1.525	813
Demais (despesas) receitas operacionais	(20)	87
Total	5.099	4.884

28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4T17

investimento este encerrado em Dezembro/2017.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Como resultado das atividades de investimento que a Companhia realiza, foi alcançado um lucro líquido no 4º trimestre de 2017 no montante de R\$ 6.074 mil, frente ao resultado positivo de R\$ 1.474 mil no 3º trimestre de 2017. Em 2017, o lucro líquido foi de R\$ 12.618 mil, tendo como base um total de ativos de R\$ 168.030 mil em dezembro/2017. O patrimônio líquido totalizou R\$ 160.422 mil em dezembro de 2017.

AUDITORES INDEPENDENTES

De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Companhia não contratou e nem teve serviços prestados pela Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes no exercício de 2017 não

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016			
de reais - R\$)			
	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO			
Provisões	9	1.014	1.587
Provisões para passivos contingentes		1.014	1.587
Passivos fiscais	10	1.900	6.769
Correntes		160	4.426
Diferido	7a	1.740	2.343
Outros passivos	11	4.694	4.158
Patrimônio líquido			
Capital social		107.662	107.662
Reserva de capital		95	95
Reserva de lucros		53.330	42.994
Ajustes de avaliação patrimonial		(665)	1.172
Patrimônio líquido	12	160.422	151.923
TOTAL DO PASSIVO	12	168.030	164.437

relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento subsequente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios da Companhia, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2018.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016			
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)			
	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Receitas com juros e similares		13	14.396
Receita líquida com juros		14	14.396
Outras despesas administrativas		14	1.353
Despesas tributárias		15	(1.335)
Provisões (líquidas)		16	573
Outras receitas (despesas) operacionais		17	1.551
Resultado de ativos não correntes mantidos para venda		18	6.851
Lucro operacional antes da tributação			
e participação em fundos controlados		19.287	17.398
Resultado de participação em fundos controlados		(169)	(151)
Lucro operacional antes da tributação		19.118	17.247
Imposto de renda e contribuição social	7e	(6.500)	(5.799)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(4.354)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(6.500)	(1.415)
Lucro líquido		12.618	11.478
Lucro básico e diluído por ações ordinárias		52.794,92	48.026,12

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE			
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016			
(Em milhares de reais - R\$)			
		31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido		12.618	11.478
Itens que serão subsequentemente lançados ao resultado		(1.837)	(212)
Ganhos e perdas não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda		(2.782)	(360)
Efeito tributário		945	148
Resultado abrangente total		10.781	11.266
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores		10.781	11.266

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO			
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016			
(Em milhares de reais - R\$)			
		31/12/2017	31/12/2016
Receitas		14.396	17.601
Juros e similares		14.396	17.601
Outras		7.579	1.265
Insunsumos adquiridos de terceiros		(1.353)	(559)
Serviços de terceiros		(969)	(128)
Outras		(384)	(431)
Serviços do sistema financeiro		(96)	(96)
Propaganda, publicidade, publicações		(82)	(125)
Processamento de dados		(4)	-
Comunicações		(46)	(43)
Cartório		(51)	(56)
Outras		(103)	(111)
Valor adicionado bruto		20.622	18.507
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		20.622	18.507
Valor adicionado recebido em transferência		(169)	(151)
Valor adicionado total a distribuir		20.453	18.356
Distribuição do valor adicionado		20.453	18.356
Impostos, taxas e contribuições		7.835	6.878
Federal		7.835	6.878
Impostos		12.618	11.478
Recuperação de capitais próprios		12.618	11.478
Rendimentos		12.618	11.478

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016			
(Em milhares de reais - R\$)			
		31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa de atividades operacionais:			
Lucro líquido antes dos efeitos tributários		19.118	17.247
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos efeitos tributários ao caixa líquido das atividades operacionais:			
Resultado de participação em fundos controlados		169	151
Reversão de provisões líquidas		(573)	1.587
Lucro líquido ajustado		18.714	18.985
Variação de ativos e passivos:			
Redução (aumento) em instrumentos de dívida		(1.786)	(31.190)
Redução em impostos ativos		2.608	6.284
(Aumento) em outros ativos		(1.532)	(301)
(Redução) em passivos fiscais		(3.924)	(3.766)
Aumento (redução) em outros passivos		536	306
Caixa líquido proveniente (usado) (nas) das atividades operacionais		14.616	(9.682)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisições de investimentos em fundos controlados		(130)	(151)
Varição de ativos financeiros disponíveis para venda		(11.259)	12.539
Caixa líquido (usado) proveniente (nas) das atividades de investimento		(11.389)	12.388
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Dividendos pagos a provedores		(3.219)	(2.726)
Caixa líquido (usado) proveniente das atividades de financiamento		(3.219)	(2.726)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		8	(20)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6	26
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		14	6
Variação de caixa e equivalentes de caixa		8	(20)
Informações complementares sobre o fluxo de caixa			
Juros recebidos		13.853	4.793
Ganhos/Perdas não realizados em títulos disponíveis para venda		(2.782)	(360)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: AQUISIÇÃO E VENDA DE REALIZAVEL A LONGO PRAZO E OUTROS INVESTIMENTOS NÃO

Atividades de investimento: aquisição e venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa; e
Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais ou de investimento. Ao preparar a demonstração dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa".
i) **Lucro básico e diluído por ação:**
O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo da Companhia pela quantidade média das ações ordinárias existentes ao longo do período. A diferença apresentada entre o lucro básico e o diluído refere-se à contemplação de ações potenciais com efeito de diluição. As informações sobre essas potenciais ações estão sendo divulgadas na nota 12d.
ii) **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:**
A Companhia efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administração, podem ser consideradas mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos da Companhia, estão descritas a seguir:
i. Valor justo dos instrumentos financeiros: O valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotizações disponíveis ao mercado, por exemplo, por Bolsa de Valores, são mensurados mediante a utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações financeiras. As políticas contábeis descritas nas notas 3b e 3c apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre "definições e classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo".
ii. Constituição de créditos tributários: De acordo com as informações divulgadas na nota 3h, a Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Referido reconhecimento ocorre somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários. Para tanto, a Companhia utiliza projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos. A nota 7 apresenta informações detalhadas sobre impostos diferidos, bem como a expectativa de prazo para suas realizações. Iás. de ativos financeiros: de acordo com a informação divulgada na nota 3e, os recebíveis imobiliários, lastros de operações securitizadas sem cláusula de coobrigação, são baseados na emissão dos respectivos CRIs e os eventuais benefícios fiscais são reconhecidos de acordo com o período de competência.

4) NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES:

1. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em 31/12/2017

Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) - alterações contemplam a revisão do IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 - Instrumentos Financeiros Divulgados, IAS 19 - Benefícios aos Empregados e IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário. Efeito para os exercícios iniciados em 01/01/2016, com adoção antecipada permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as demonstrações contábeis.

- IAS 19 (R1) - "Benefícios a Empregados" - regra determina que a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros para fins de contabilização de planos de benefícios definidos. Não foram identificados impactos relevantes para as demonstrações financeiras.

- Alteração IFRS 11 - "Negócios em Conjunto" - A alteração compreende os critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos e operações controlados em conjunto, que constituem um negócio, conforme estabelecido no IFRS 3 - Combinações de Negócios. Efeito a partir de 01/01/2016 e a adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessas alterações serão avaliados quando houver este tipo de operações em conjunto.

- Alteração IAS 16 - "Imobilizado" e IAS 38 - "Ativos Intangíveis" - normativo esclarece o princípio para depreciação e amortização como sendo o padrão Isperando de consumo de benefícios econômicos futuros do ativo. Efeito a partir de 01/01/2016 e a adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis.

- Alteração da IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" - tem o objetivo de incentivar as instituições a identificar quais são as informações que são relevantes para serem divulgadas nas suas demonstrações contábeis. É esclarecido que a materialidade se aplica para o conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo também as notas explicativas e aplicável para todo e qualquer requerimento das normas IFRS. Efeito a partir de 01/01/2016 e a adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os principais impactos identificados estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.

- Alterações IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação - documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Efeito a partir de 01/01/2016 e adoção antecipada permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis.

- Alterações IAS 28 - Demonstrações Separadas e alterações permitem a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, alinhando a partir de 01/01/2016, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Efeito a partir de 01/01/2016. Os impactos impactados estão sendo avaliados.

ii. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para fins da IFRS em períodos após a data destas demonstrações financeiras:

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - este normativo visa substituir o IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e incluir: (i) modelo lógico de classificação e mensuração: (ii) modelo único de impairment para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta a perdas esperadas; (iii) remoção da variação da volatilidade no resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (iv) nova abordagem para contabilidade de hedge. Efeito a partir de 01/01/2018. Os impactos dessas alterações não serão significativos.

- IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes" - este normativo requer que o reconhecimento da receita seja realizado de modo a retratar a transferência de bens ou serviços ao cliente por um valor que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos destes bens ou serviços. Substitui a IAS 18, IAS 11, IFRS 13, 15 e 18. Efeito a partir de 01/01/2018, não há impactos trazidos por esta norma.

- Alterações IFRS 10, "Demonstrações Financeiras Consolidadas" e IAS 28 - "Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto (joint venture)" - alterações referem a uma inconsistência entre as exigências das duas regras ao lidar com a venda ou transferência de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Os impactos estão sendo

Reservas de lucros					
	Capital Social	Reservas de capital	Para integralidade do patrimônio líquido	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2015	107.662	95	18.843	15.399	143.383
Lucro líquido	-	-	-	-	11.478
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(212)	(212)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(212)	11.478
Destinações:					
Dividendos	-	-	-	-	(2.726)
Reserva de lucros	-	574	-	-	(6.752)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	107.662	95	19.417	23.577	151.923
Lucro líquido	-	-	-	-	12.618
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(1.837)	(1.837)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(1.837)	12.618
Destinações:					
Dividendos	-	-	-	-	(3.219)
Reserva de lucros (Nota 12)	-	609	-	-	(10.336)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	937
Saldos em 31 de dezembro de 2017	107.662	95	20.095	33.235	160.422

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE", "Companhia", "Instituição"), controlada direta do Banco PAN S.A. ("Banco PAN"), tem como objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação como quotista em fundos de investimentos regularmente constituídos.

As atividades empresariais são suportadas por uma estrutura única do Banco PAN que provê, de forma integrada e total a base tecnológica, o processamento e os controles: operacional, comercial, administrativo, legal e todo necessário à realização das suas atividades e atualmente não possui ativos relevantes. As instituições provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as atividades.

2) BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Brazilian Finance & Real Estate S.A. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS", implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2017 foram aprovadas pela Diretoria em 07/02/2018.

2.2. Demonstrações financeiras

A Companhia detinha 100,00% de participação no Fundo de Investimento Imobiliário Premier Realty, investimento este encerrado em Dezembro/2017.

Em 31/12/2016, o Fundo de Investimento Imobiliário Premier Realty apresentava a seguinte situação patrimonial:

	31/12/2016
Instrumentos de dívida	43
Outros ativos	12
Total do ativo	55
Contas a pagar	28
Patrimônio líquido	27
Total do passivo	55

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mantidos para venda mensurados ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente, e (ii) a redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação:

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros:

i. Definições e reconhecimento

Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

As compras e vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na data da negociação - data em que é assinado o compromisso de compra ou venda dos ativos e dos passivos.

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos e contabilizados pelo valor justo, sendo os respectivos custos de mensuração reconhecidos como despesa no reconhecimento inicial.

Os ativos e passivos financeiros não reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Ativos financeiros disponíveis para venda: são mensurados ao valor justo. As receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Resultados decorrentes de alterações no valor justo, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado, são contabilizados no item "Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda", líquidos de efeitos tributários na demonstração de resultado abrangente, e acumulados na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

• **Empréstimos e recebíveis:** essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de crédito, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizado, deduzido por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

• Caixa e equivalentes de caixa: saldos de caixa e de depósitos à vista;

• **Instrumentos de dívida:** títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural;

• **Instrumentos de patrimônio:** instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações e quotas de fundos de investimento imobiliário, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades ou fundos controlados ou coligados; e

• **Outros empréstimos e recebíveis e Outros ativos:** referem-se basicamente a saldos a receber junto a "Clientes" e entidades não consideradas como "Instituições Financeiras".

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os passivos financeiros híbridos não classificados como "para negociação" e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os passivos financeiros também são classificados nessa categoria com o propósito de fornecer informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração ("divergências contábeis") derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento, os empréstimos e adiantamentos e outros ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros não mensurados pelo valor justo são registrados pelo custo amortizado, sendo seu valor justo correspondente divulgado em nota explicativa nas demonstrações financeiras.

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

avaliados para fins de elaboração das demonstrações financeiras.

a) Eventos Subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos Órgãos de administração. São divididos em: I. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e II. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos bancários	14	6
Total	14	6

6) INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

a) Composição:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros disponíveis para venda	58.659	49.245
Emprestimos e recebíveis Imobiliários - CRI	58.659	49.245
Empréstimos e recebíveis	82.273	80.487
Certificado de Depósito Bancário - CDB	82.273	80.487
Total	140.932	129.732

b) Prazo de vencimento:

	31/12/2017	31/12/2016
Até 360 dias	23.189	20.571
Acima de 360 dias	117.743	109.161
Total	140.932	129.732

c) Variações:

"Instrumentos de dívida - ativos financeiros disponíveis para venda":

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do exercício	49.245	61.784
Adições (alienações) líquidas	2.450	(21.561)
Ajuste a valor de mercado	(1.361)	(210)
Juros	6.651	8.857
Ágio/(Deságio)	1.674	375
Saldo do final do exercício	58.659	49.245

"Instrumentos de dívida - empréstimos e recebíveis":

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do exercício	80.487	49.657
Adições (alienações) líquidas	(4.986)	22.382
Juros	6.772	8.448
Saldo do fim do exercício	82.273	80.487

7) CRÉDITO TRIBUTÁRIO E PASSIVOS FISCAIS

a) Composição do crédito tributário e passivos fiscais:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Ajuste de avaliação a mercado	345	7.615
Outras provisões	362	562
Sobre diferenças temporárias	707	8.177
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	11.089	10.260
Total do ativo	11.796	18.437

Passivo

Provisão para impostos e contribuições	(1.740)	(2.343)
Total do passivo (Nota 10)	(1.740)	(2.343)

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do exercício	13.557	4.880	18.437	14.604	5.257	19.861
(+) Constituição de créditos	948	341	1.289	453	163	616
(-) Realização de créditos	(5.831)	(2.099)	(7.930)	(1.500)	(540)	(2.040)
Saldo do fim do exercício	8.674	3.122	11.796	13.557	4.880	18.437

c) Movimentação do imposto de renda corrente e diferido passivo:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do exercício	(1.723)	(620)	(2.343)	(1.831)	(660)	(2.491)
(+) Constituição de créditos	-	-	-	(75)	(27)	(102)
(-) Realização de passivos	443	160	603	183	67	250
Saldo do fim do exercício	1.280	(460)	(1.740)	(1.723)	(620)	(2.343)

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2017, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do refinanciamento de capital e realização de ativos. A referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco PAN S.A. em 07/02/2017.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Ano	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	706	244	762	1.544	1.468	1.788
2018	1	414	1.154	1.322	1.155	1.736
2019	-	48	1.292	1.571	1.292	1.619
2020	-	48	1.353	1.620	1.353	1.668
2021	-	48	1.339	1.666	1.339	1.714
2022	-	48	1.333	1.686	1.333	1.734
2023	-	48	1.347	851	1.347	899
2024	-	49	1.333	-	1.333	49
2025	-	49	1.176	-	1.176	49
2026	-	7.181	-	-	-	7.181
2027	-	-	-	-	-	-
Total	707	8.177	11.089	10.260	11.796	18.437

Em 31/12/2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN S.A. totalizava R\$ 7.933 (R\$ 8.326 em 31/12/2016).

e) Encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro operacional antes da tributação	19.118	17.247
Encargos / créditos total do imposto de renda e contribuição social	(6.500)	(5.864)
Outros valores	-	95
Total	(6.500)	(5.769)

8) OUTROS ATIVOS

	31/12/2017	31/12/2016
Títulos e créditos a receber	877	341
Pagamentos a ressarcir (a)	586	586
Valores a receber de sociedade ligadas	1.029	44
Despesas antecipadas	4	27
Fundo Premier	-	5
Total	2.496	1.003

(a) Refere-se a valores a receber por conta de pagamento de tributo (ITBI).

9) PROVISÕES

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, a Companhia possui registradas provisões para passivos contingentes cuja probabilidade de perda é provável, conforme demonstrado a seguir:

a) Composição:

	31/12/2017	31/12/2016
Processos cíveis	94	88
Processos trabalhistas	920	1.499
Total	1.014	1.587

b) Variações:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	1.499	8	1.507
Constituições líquidas de reversões	579	66	645
Saldo em 31/12/2017	920	94	1.014

10) PASSIVOS FISCAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 7a)	1.740	2.343
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	-	4.353
COFINS a recolher	128	63
PIS a recolher	25	10
Outros	7	-
Total	1.900	6.769

11) OUTROS PASSIVOS

	31/12/2017	31/12/2016
Dividendos a pagar	3.219	2.726
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.343	1.343
Outros	132	89
Total	4.694	4.158

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em integralizado, é de R\$ 107.662 em 31/12/2017 e 31/12/2016. O capital social, total social e quantizado, de R\$ 107.662 em 31/12/2017 e 31/12/2016. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal, conforme descrito no quadro abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Ordinárias	239	239
Preferenciais	478	478
Total	717	717

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal - Nos termos do estatuto social da BFRE, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, a BFRE poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido - Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanesca após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

c) Dividendos:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07.

Ajustes de avaliação patrimonial:

Os saldos da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes de valor justo dos ativos classificados como ativos financeiros disponíveis para a venda e são reconhecidos temporariamente no patrimônio e apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado.

d) Lucro básico e diluído por ação:

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, e diluído a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Básico e Diluído por Ação	12.618	11.478
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	12.618	11.478
Número ponderado de ações ordinárias em circulação	717	717
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Companhia - em R\$	52.794,92	48.026,12

13) RECEITA LÍQUIDA COM JUROS

	31/12/2017	31/12/2016
Rendas sobre CDB	6.771	8.448
Juros CRI	6.651	8.857
Ágio/deságio sobre aquisição de CRI	1.674	375
Resultado na venda de CRI	(4.900)	121
Total	14.396	17.801

14) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2017	31/12/2016
Serviços de terceiros	969	128
Serviços do sistema financeiro	98	96
Publicidade	82	125
Taxas e emolumentos	51	56
Comunicações	46	43
Processamento de dados	4	-
Contribuição sindical	-	49
Outras	103	111
Total	1.353	608

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2017	31/12/2016
Contribuição à COFINS	1.124	819
Contribuição ao PIS	211	133
Impostos e taxas	-	108
Total	1.335	1.060

16) PROVISÕES (LÍQUIDAS)

	31/12/2017	31/12/2016
Riscos trabalhistas	579	(1.499)
Riscos cíveis	(6)	(88)
Total	573	(1.587)

17) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Variação monetária ativa	138	1.676
Reembolso de despesas	17	51
Total	155	1.727

18) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro de créditos adquiridos	6.751	1.125
Lucro na alienação de valores e bens	100	-
Total	6.851	1.125

19) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as práticas praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
			Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades						
Banco PAN	Controlador direto	Sem prazo	5	1	-	-
Total			5	1	-	-
Certificados de depósito bancário - CDB (a)						
Banco PAN	Controlador direto	09/09/2020	82.273	80.487	6.772	8.448
Total			82.273	80.487	6.772	8.448
Dividendos a pagar						
Banco PAN	Controlador direto	31/12/2017	(3.219)	(2.726)	-	-
Total			(3.219)	(2.726)	-	-
Valores a receber						
Banco PAN	Controlador direto	Sem prazo	993	35	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A..	Coligada					